

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Francitônio Nogueira Dias

**A “ECONOMIA DAS SECAS”: O DISCURSO DE ELOY DE SOUZA SOBRE A
SECA NOS ARTIGOS PUBLICADOS NO JORNAL A ORDEM (1951-1952)**



Natal

2005

FRANCITÔNIO NOGUEIRA DIAS

**A “ECONOMIA DAS SECAS”: O DISCURSO DE ELOY DE SOUZA SOBRE A
SECA NOS ARTIGOS PUBLICADOS NO JORNAL A ORDEM (1951-1952)**



Monografia apresentada à disciplina
Pesquisa Histórica II, do Curso de História
da Universidade Federal do Rio Grande do
Norte orientada pelo Professor Msc.
Roberto Airon Silva.

Natal

2005

FRANCITÔNIO NOGUEIRA DIAS

**A “ECONOMIA DAS SECAS”: O DISCURSO DE ELOY DE SOUZA SOBRE A
SECA NOS ARTIGOS PUBLICADOS NO JORNAL A ORDEM (1951-1952)**

Monografia apresentada à disciplina
Pesquisa Histórica II, do Curso de História
da Universidade Federal do Rio Grande do
Norte orientada pelo Professor Msc.
Roberto Airon Silva.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Roberto Airon

1º. membro

2º. membro

Natal

2005

*Dedico esta monografia à minha
mãe Alba Dias dos Santos e ao
meu pai Severino Nogueira dos
Santos pelo apoio moral nos
momentos difíceis.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu orientador, o Professor Msc. Roberto Airon, por ter aceitado me orientar nos caminhos da monografia e pela paciência que teve para comigo, para meus erros e acertos.

Agradeço também a meu pai, Severino Nogueira dos Santos, e a minha mãe, Alba Dias dos Santos, pelo apoio moral dado para realizar esta monografia. Sem esse apoio, dificilmente eu teria conseguido concluí-la.

Agradeço também às minhas irmãs: Adriana, Andréa e Adria; pelas críticas construtivas que às vezes eu precisava ouvir.

Agradeço aos professores e professoras que eu tive no decorrer de meu curso de História, que contribuíram, de uma forma ou de outra, para que eu crescesse profissionalmente e tivesse um desempenho adequado para minha futura profissão.

Agradeço aos meus colegas de curso pelo apoio dado e algumas dicas que contribuíram para que eu me saísse bem; e também a convivência maravilhosa que fez com que eu superasse os espinhos do percurso.

Por fim, agradeço a Deus por ter tido a sorte de conseguir os meus objetivos. Sem essa força divina que é infinita e imponderável, com certeza um desafio difícil como esse de concluir esse curso não seria possível.

“Ars longa, vita brevis – A arte é longa e a vida é breve”.

Antigo provérbio latino

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. PEQUENA HISTÓRIA DA SECA NA REGIÃO NORDESTE: DO SÉCULO XVI AO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	14
1.1 Séculos XVI e XVII.....	15
1.2 Século XVIII.....	17
1.3 Século XIX.....	19
1.4 A seca de 1877.....	22
2. DA CRIAÇÃO DO IOCS À DÉCADA DE 1950.....	27
2.1 A criação da Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS).....	27
2.2 O discurso da seca.....	32
2.3 O combate à seca durante o século XX.....	34
2.4. O contexto político, econômico e social do Rio Grande do Norte e do Brasil (1889 –1950).....	36
3. O DISCURSO SOBRE A SECA NOS ARTIGOS DE ELOY DE SOUZA (1951-1952).....	53
3.1. Considerações iniciais.....	53
3.2. A seca como um problema climático.....	56
3.3. Causas do atraso econômico do Nordeste.....	60
3.4. A solução definitiva para a seca no estado do Rio Grande do Norte.....	62
3.5. Agricultura e pecuária.....	68
3.6. Infra-estrutura e planejamento governamental.....	70

CONCLUSÕES.....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77
APÊNDICE A - QUADRO CRONOLÓGICO DAS SECAS.....	79
APÊNDICE B - ARTIGOS PUBLICADOS NA SÉRIE “ECONOMIA DAS SECAS”, PELO JORNAL “A ORDEM” (1951-1952).....	80

INTRODUÇÃO

Quando pensamos na palavra “seca”, imediatamente nos vêm à mente cenas dantescas de horror e de miséria causadas pela estiagem prolongada. Homens e mulheres esqueléticos caminhando por estradas poeirentas, sob um sol escaldante, em direção ao litoral. Açudes e rios transformando-se em torrões de terra esturricada. De tal forma essa imagem está entranhada no nosso imaginário, que muitos associam imediatamente o sertão nordestino com a seca.¹

Discorrer sobre o fenômeno da seca e suas conseqüências não é uma tarefa fácil, haja vista a abrangência do tema. Uma análise apressada e superficial é certamente bem fácil de ser feita. Já um estudo sistemático e baseado em fontes históricas confiáveis é um trabalho hercúleo, porém recompensador.

Muitos trabalhos acadêmicos² mostram que a seca no Nordeste, além de ser um problema de ordem climática e/ou ambiental é também um problema de ordem econômica, política e social. Se não for encarada por esse prisma integrado, como um problema ambiental, mas também político e econômico, a seca e as suas conseqüências não poderão

¹ Embora o sertão da região Nordeste seja assolado por estiagens prolongadas e periódicas, ele não é a única região do Brasil a sofrer com a falta de chuvas. Podemos citar como exemplo que no início de 2005 várias cidades do interior do Rio Grande do Sul estavam em estado de calamidade pública devido à seca. Do mesmo modo, o norte do estado de Minas Gerais também sofre estiagens freqüentes, tanto que foi considerado como pertencente ao Polígono das Secas e incluído na área de atuação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

² Dentre muitos outros, podemos citar COELHO, Jorge. *As secas do Nordeste e a indústria das secas*. Petrópolis: Vozes, 1985 e FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1993.

ser corretamente compreendidas e isso acabará por afetar qualquer medida ou projeto governamental que vise a combatê-la.

No entanto, as elites políticas e econômicas nordestinas desenvolveram paulatinamente um discurso ideológico que afirma que a seca é apenas um problema climático e natural, e que ela, sozinha, é a maior responsável pela pobreza e pela miséria da região Nordeste.

Esse trabalho propõe-se a analisar justamente o discurso da maturidade de um dos maiores ideólogos da seca do Rio Grande do Norte, o político e jornalista Eloy de Souza (1873-1959).

Para isso, pretendemos utilizar nesta nossa monografia uma linha de pesquisa histórica alicerçada na História Social.³ Desse ponto de vista, queremos ter bem claro que as idéias de Eloy de Souza não estão isoladas no tempo e no espaço, mas sim que elas são a expressão de um indivíduo pertencente a um dos estratos privilegiados da sociedade nordestina da primeira metade do século XX e que seu discurso carrega as marcas de seu grupo social, como a valorização de uma ética do trabalho e uma tentativa de negar os problemas causados pela manutenção da estrutura social.

Atualmente, mesmo a história política, até mais recentemente atrelada a uma abordagem tradicional, passa a fazer parte do campo de atuação desta história-problema, como dimensão específica da vida em sociedade. Neste sentido, é lícito questionar se existiria uma história que não a do social.⁴

³ Num certo sentido, toda a História humana é uma “História Social”, mas estamos aqui utilizando esse termo para designar a linha de pesquisa histórica que procura contextualizar as personagens e as suas ações, dentro de um contexto histórico mais amplo, uma verdadeira “história-problema”, em oposição a uma “história factualista, centrada nas idéias e decisões de grandes homens, em batalhas e em estratégias diplomáticas”. CARDOSO, Ciro Flamarion S; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 45.

⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion S; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 46.

Acreditamos que a História, enquanto ciência, é produzida dentro de um determinado contexto histórico, para responder a perguntas que são formuladas sobre os problemas do presente do historiador, e não simplesmente uma forma de conhecimento escolástico e desinteressado sobre o passado.

Nesse sentido, quando nós questionamos a produção do discurso sobre a seca por Eloy de Souza, estamos querendo na verdade compreender mais sobre a utilização e a produção desse discurso nos dias atuais.

Temos por claro e evidente que a ausência total ou parcial de chuvas causou, e ainda causa, grandes problemas sociais e econômicos no interior do Nordeste do Brasil, tais como a fome, a migração da população para os grandes centros urbanos (êxodo rural), a destruição da agricultura e de pastagens, a mortandade dos rebanhos, a diminuição do comércio, o inchaço das capitais estaduais (com todos os problemas sociais decorrentes disso), dentre muitos outros problemas. Tais evidências estão amplamente documentadas e não são contestadas por nenhum estudioso sério do assunto.

Porém a calamidade natural da seca tem sido usada pelas elites econômicas nordestinas como bode expiatório de todo um sistema social baseado no latifúndio e no domínio político de “oligarquias regionais”, com terríveis efeitos na concentração de renda, na desigualdade e na exclusão social.

Vamos agora explicar como está estruturada a nossa monografia e a divisão de seus capítulos.

Em primeiro lugar fizemos um breve resumo histórico das secas ocorridas na região Nordeste, desde os tempos coloniais até a virada do século XX, e depois, da criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) até meados da década de 1950, enfocando as suas conseqüências sociais, bem como as maneiras que foram utilizadas historicamente para combatê-las.

Ainda no segundo capítulo tratamos brevemente do contexto político, econômico e social do Rio Grande do Norte e do Brasil, desde a Proclamação da República até o final da década de quarenta e o início da década de cinquenta, do século XX. Assim, a nossa intenção ao fazer isso, é procurar situar o leitor com o contexto histórico (e político) da vida de Eloy de Souza e também o contexto em que foram produzidos os artigos que analisaremos no decorrer da monografia.

No terceiro capítulo nós procuramos analisar quais os tipos de valores políticos, sociais e ideológicos, propostos por Eloy de Souza, em artigos publicados no jornal *A Ordem*, entre agosto de 1951 e julho de 1952, no que diz respeito à questão das secas (e de suas conseqüências).

Quando nós estudarmos os artigos supracitados, procuramos dissecar os valores ideológicos explícitos (bem como os implícitos) em suas palavras, relacionado-os com os valores defendidos por seu grupo social e construídos historicamente. Podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que esse momento constitui-se na essência mesmo do trabalho que estamos empreendendo; é o próprio cerne dessa monografia.

Este capítulo terá algumas subdivisões, com a finalidade de facilitar a compreensão das idéias principais defendidas pelo autor. Vale salientar que a divisão que nós elaboramos, das idéias principais de Eloy de Souza, não se apresenta naturalmente em seus escritos, mas que adotamos ela por questões didáticas e estilísticas.

Não podemos esquecer que Eloy de Souza, além de ser uma figura política das mais importantes de sua geração, foi um intelectual que dedicou boa parte de sua vida a estudar a problemática da seca e, a partir daí, construiu uma ideologia de combate à seca e a suas conseqüências que influenciou, desde a sua época, direta ou indiretamente, as políticas governamentais destinadas à questão da seca (para o bem ou para o mal), com reflexos sentidos até os dias atuais.

Na conclusão, nós daremos os arremates finais, costurando as idéias presentes nos diversos capítulos da obra, concatenando-as de forma lógica. Aqui também procuraremos sintetizar as posturas ideológicas de Eloy de Souza e como elas representam uma expressão do pensamento das elites agrárias nordestinas.

Depois da conclusão daremos as imprescindíveis referências bibliográficas que nós utilizamos para a feitura desse trabalho. E em seguida vêm os apêndices especialmente elaborados para essa monografia.

1. PEQUENA HISTÓRIA DA SECA NA REGIÃO NORDESTE: DO SÉCULO XVI AO INÍCIO DO SÉCULO XX⁵

Antes de tratarmos sobre o discurso que Eloy de Souza elaborou sobre a seca, nós achamos importante fazer algumas breves considerações sobre a história da seca na região Nordeste, desde os tempos coloniais até o final do século XX. Desse modo, poderemos ter uma noção de como a seca (e suas conseqüências) foi encarada e combatida pelos governos, nos diversos momentos históricos.

Esse panorama geral também nos permitirá vislumbrar a gênese do discurso ideológico sobre a seca, bem como as suas vicissitudes, até chegar ao princípio da década de 1950, que é o período em que Eloy de Souza escreveu os artigos que vamos analisar no decorrer dessa monografia.

De antemão afirmamos que boa parte das informações históricas encontradas nesse capítulo provém do excelente trabalho do professor Antônio Nunes Malveira, intitulado “Notas sobre as secas”.⁶

Já para informações referentes às secas no estado do Rio Grande do Norte, nossa principal fonte foi Denise Mattos Monteiro com sua “Introdução à história do Rio Grande do Norte”.⁷

⁵ Ao final dessa obra elaboramos um anexo sobre todos os anos que foram considerados como sendo de “seca”, desde o século XVI até o final do século XX. Ver o Apêndice I.

⁶ MALVEIRA, Antonio Nunes. *Notas sobre as secas*. Rio de Janeiro, 2001.

⁷ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000.

Fizemos aqui, para as finalidades desse capítulo uma divisão didática de como a seca foi encarada nos mais diversos períodos históricos. Salientamos que essa divisão foi efetuada sob critérios arbitrários e puramente didáticos.

1.1 Séculos XVI e XVII

As referências históricas sobre a seca no sertão do Nordeste são muito antigas. Temos já algumas referências que datam do final do século XVI. No entanto, nos dois primeiros séculos da colonização portuguesa no Brasil (XVI e XVII) existem poucas citações sobre o tema.

Isso pode ser facilmente explicado por dois motivos.

Em primeiro lugar devemos fazer menção à precariedade da documentação colonial portuguesa, nos anos quinhentos e seiscentos.

Em segundo lugar, devemos considerar que nesse período a colonização portuguesa se concentrou na faixa litorânea⁸ (onde se localizavam os engenhos da *Plantation* açucareira), que é bem mais úmida e está virtualmente livre do flagelo da seca. Daí haver poucas citações sobre a seca.

⁸ Caio Prado Júnior tratando do povoamento do litoral brasileiro dos séculos XVI e XVII, diz o seguinte: “Cerca de 60% da população colonial, ou seja, quase 2.000.000 de habitantes, concentram-se numa faixa litorânea que não ultrapassa para o interior, nos seus pontos de maior largura, algumas dezenas de quilômetros. [...] Este desequilíbrio entre litoral e o interior exprime muito bem o caráter predominante da colonização: agrícola – donde a preferência pelas férteis, úmidas e quentes baixadas da marinha; e comercialmente voltada para o exterior, onde estão os mercados para os seus produtos. Localizado aí de início, o povoamento só começa a penetrar o interior, propriamente, no segundo século [XVII]. O nosso cronista de princípio dos seiscentos, Frei Vicente do Salvador, acusa então ainda os colonos de se contentarem em ‘andar arranhando as terras ao longo do mar como caranguejos’. Mesmo no segundo século [XVII], a penetração é tímida”. PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. p. 29.

A título de exemplo de referências históricas sobre a seca, datadas desse período, podemos citar o cronista colonial, o padre Fernão Cardim, que em seu *Tratado da Terra e Gente do Brasil*, relata:

O ano de 1587, houve tão grande seca e esterilidade nesta província [Pernambuco] (cousa rara e desacostumada, porque a terra é de contínuas chuvas) que os engenhos d'água não moeram muito tempo. As fazendas de canaviais e mandiocas muitas se secaram, por onde houve grande fome, principalmente, no sertão de Pernambuco, pelo que desceram do sertão apertados pela fome, socorrendo-se aos brancos quatro mil índios.⁹

Os índios nativos da região Nordeste (ou, pelo menos, os índios da zona do sertão), apesar de também sofrerem com a seca, procuravam escapavam de seus efeitos nefastos através de seus hábitos de nomadismo. Vejamos o que diz Denise Mattos Monteiro a respeito disso:

Os indígenas enfrentavam as secas com migrações sazonais em busca de áreas onde pudessem encontrar água, o que não era nada estranho a seus hábitos nômades e ao tipo de relação que mantinham com a terra, relação essa que não se baseava na propriedade privada.¹⁰

Os colonizadores “civilizados”, por sua vez, como procuravam a posse sedentária da terra para suas lavouras ou para a construção de suas fazendas de gado, acabavam sofrendo mais nos anos de estiagem.

No século XVII, com a expansão da colonização portuguesa no que hoje corresponde à região Nordeste do Brasil, começam a se multiplicar os relatos de estiagens mais sérias. Malveira¹¹ nos traz dados que indicam terem ocorrido secas nos anos de 1603,

⁹ APUD: MALVEIRA, Antonio Nunes. *Notas sobre as secas*. Rio de Janeiro, 2001. p. 15.

¹⁰ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN: Editora da UFRN, 2000. p. 163.

¹¹ MALVEIRA, Antonio Nunes. *Notas sobre as secas*. Rio de Janeiro, 2001. p. 56.

1606, 1645, 1652 e 1692, sendo que esta última assolou principalmente Pernambuco e parece ter sido particularmente severa.

À medida que esse povoamento foi se adensando, que a população crescia, que novas vilas surgiam, mais os efeitos da seca passaram a ser sentidos, pois atingia um número cada vez maior de pessoas e propriedades.¹²

1.2 Século XVIII

O século XVIII assistiu à consolidação da colonização do sertão nordestino, através da criação extensiva do gado bovino.¹³ Os criadores, proibidos de exercer seu ofício na zona litorânea para não prejudicar a lavoura canavieira, encaminhavam-se para o interior seguindo o curso dos rios, em especial do rio São Francisco e do Parnaíba, interiorizando a colonização da região.

Com o aumento da população sertaneja, cresceram também as referências à seca nos documentos da época. Ao mesmo tempo, os efeitos da seca tornaram-se mais dramáticos, já que atingiam uma quantidade maior de pessoas. A partir desse momento é que a seca começou a ser vista como um problema.

¹² MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000. p. 163.

¹³ Sobre o povoamento do interior do Nordeste, diz Caio Prado Júnior: “A penetração começou, já o vimos, desde o início da colonização e a partir de dois focos principais: Bahia e Pernambuco. A expansão, que neles respectivamente se origina, acaba confluindo e se confunde. [...] A baiana, que por maior e mais característica foi abordada acima, ocupa desde princípios do século XVIII toda a área que compreende o atual território do Estado, inclusive a margem ocidental do São Francisco, então ainda parte da capitania de Pernambuco; mais o Piauí; e penetrando mesmo, num último arranco, pioneiro ainda no momento em que abordamos nossa história, o Maranhão, ocupa uma faixa de território que envolve o alto Itapicuru, rio das Balsas, e alcança o Tocantins na foz do seu afluente Manuel Alves Grande – o chamado *território dos pastos bons*. [...] A expansão pernambucana não se interna. Começou subindo para o norte, acompanhando a linha costeira; ocupou assim a Paraíba e o Rio Grande do Norte: a orla marítima e aos poucos o interior. No Ceará confluem os dois movimentos...” PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. p. 54 e 55. Grifos no original.

Há registros históricos de que uma grande seca assolou a região Nordeste, desde o Ceará até o Maranhão, passando pelo Piauí, entre 1710 e 1711¹⁴. Porém, mais dramático foi o período de estiagem que se prolongou de 1721 a 1727. Vejamos um resumo de como Tomaz Pompeu de Souza Brasil viu essa seca:

Mil setecentos e vinte e um – As províncias (sic) do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro foram assoladas pela fome. Secaram as fontes, estagnaram as águas, esterilizando as lavouras e matando os gados.

Mil setecentos e vinte e dois – Foi o ano da grande seca, em que não só morreram numerosas tribos indígenas, como o gado e até as feras e as aves se encontravam mortas por toda a parte.

Mil setecentos e vinte e três a mil setecentos e vinte e sete – [...] Esta seca compreendeu não só a região do Ceará, mas até a Bahia e Piauí; na Bahia secaram as fontes. No vale do Cariri, em 1725 fez dessecar todos os brejos e correntes, obrigando os habitantes de Missão Velha a mudar-se por falta d'água.¹⁵

No século XVIII ainda existem referências históricas a estiagens severas nos anos de 1736, 1744, 1745, 1766, entremeados a estiagens mais amenas, a alguns invernos normais e alguns invernos com chuvas torrenciais, como o de 1748.¹⁶ Outro biênio de seca foi 1777/1778, no qual, segundo Arrojado Lisboa, morreram sete oitavos do gado do Rio Grande do Norte.¹⁷

Entre 1790 e 1792 ocorreu uma estiagem tal que foi chamada pelos seus contemporâneos de “Seca Grande”. Em alguns lugares esta chegou a durar quatro anos, ou seja, até 1793.

Ela estendeu-se por toda a Capitania de Pernambuco, bem como às capitanias da Bahia e Sergipe, ao sul, e ao Piauí e Maranhão, ao norte, passando pelas capitanias do Rio Grande e da Paraíba.¹⁸

¹⁴ MALVEIRA, Antonio Nunes. *Notas sobre as secas*. Rio de Janeiro, 2001. p. 56.

¹⁵ APUD: MALVEIRA, Antonio Nunes. *Notas sobre as secas*. Rio de Janeiro, 2001. p. 56.

¹⁶ MALVEIRA, Antonio Nunes. *Notas sobre as secas*. Rio de Janeiro, 2001. p. 57.

¹⁷ MALVEIRA, Antonio Nunes. *Notas sobre as secas*. Rio de Janeiro, 2001. p. 57.

¹⁸ MALVEIRA, Antonio Nunes. *Notas sobre as secas*. Rio de Janeiro, 2001. p. 58.

Como pode ser constatado pelos dados que expusemos acima, a seca e a falta de água é um problema constante que permeia a própria história nordestina. Porém, deve ser lembrado que a seca afetava (e afeta) diferentemente a população sertaneja, de acordo com as épocas e com as regiões específicas.

Em resumo, podemos afirmar que durante o período colonial não havia nenhum projeto governamental de combate (muito menos de prevenção) à seca e aos seus efeitos. A população estava entregue à sua própria sorte.

1.3 Século XIX



Queremos assinalar aqui que até o final do domínio político português sobre o Brasil (1822) não houve nenhum plano ou projeto governamental de combate à seca ou aos seus efeitos.

Em grande parte isso pode ser explicado pela precariedade tecnológica do período (pré-revolução industrial), mas não devemos esquecer a parcela de culpa da ineficiente administração colonial portuguesa, sempre mais preocupada em cobrar seus impostos e aferir seus lucros do que em realmente desenvolver socialmente suas colônias desse lado de cá do Oceano Atlântico.¹⁹

¹⁹ Caio Prado Júnior sintetiza as principais características e defeitos da administração colonial portuguesa dessa maneira: "Vimos aí a falta de organização, eficiência e presteza do seu funcionamento. Isso sem contar os processos brutais empregados, de que o recrutamento e a cobrança de tributos são exemplos máximos e índice destacados do sistema geral em vigor. A complexidade dos órgãos, a confusão de funções e competências; a ausência de método e clareza na confecção das leis, a regulamentação esparsa, desencontrada e contraditória que a caracteriza, acrescida e complicada por uma verbosidade abundante em que não faltam as vezes até dissertações literárias; o excesso de burocracia dos órgãos centrais em que se acumula um funcionalismo inútil e numeroso, de caráter mais deliberativo, enquanto os agentes efetivos, os executores, rareiam; a centralização administrativa que faz de Lisboa a cabeça pensante única em negócios passados a centenas de léguas que se percorrem em lentos barcos à vela; tudo isto, que vimos acima, não

Na verdade, o máximo que as autoridades governamentais faziam era suprir um mínimo de caridade (em geral sob a forma de alimentos) aos flagelados que fugiam para as regiões litorâneas, e mesmo isso em caráter emergencial e precário, estando muito aquém das necessidades da população de retirantes.

O século XIX iniciou-se com invernos normais, salvo o de 1804 que foi um ano de seca²⁰. No entanto, entre 1808 e 1809 deu-se uma estiagem severa que causou uma grande mortandade nos rebanhos, e que atingiu as províncias do Ceará e, em menor grau, o Rio Grande do Norte.

Gostaríamos de salientar que a independência política do Brasil praticamente não alterou o descaso do governo central (situado no Rio de Janeiro) em relação à difícil situação enfrentada no Nordeste, quando da ocorrência das estiagens, fato esse que contribuía para agravar os atritos entre o imperador Dom Pedro I e as elites locais, particularmente as de Pernambuco.

Em tese, o governo Imperial, em 1831, durante o Período da Regência, baixou um decreto que dizia em seu artigo primeiro que “O Governo mandará abrir fontes artesianas podendo empregar nesse trabalho engenheiros naturais ou mandar vir da Europa engenheiros bastante hábeis em as fazer”.²¹

Na prática, esse decreto não passou de letra morta e somente em 1904, já durante a presidência de Rodrigues Alves, é que as autoridades centrais brasileiras começaram sistematicamente a perfurar poços artesianos.²²

poderia resultar noutra coisa senão naquela monstruosa, emperrada e ineficiente máquina burocrática que é a administração colonial”. PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. p. 339.

²⁰ Curiosamente, o ano de 1805 teve um inverno com chuvas tão torrenciais que as enchentes causaram tantos prejuízos como a seca de 1792.

²¹ APUD: FILHO, João Medeiros e SOUZA, Itamar de. **A seca do Nôrdeste: um falso problema**. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 32.

²² FILHO, João Medeiros e SOUZA, Itamar de. **A seca do Nordeste: um falso problema**. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 32.

Existem ainda registros oficiais sobre secas nos anos de 1814, 1816, 1817, 1824 e também em 1825.

Este último biênio afetou principalmente o Rio Grande do Norte, onde houve grande mortandade do gado e, em menor grau, o Ceará, embora nessa última província eventos outros hajam concorrido para a instalação do caos social²³:

No Ceará a calamidade foi agravada pela peste de bexiga, causas morais, como guerra e assassinatos, mas a falta de chuvas não foi absoluta, ocorrendo em algumas ribeiras fazendo algum pasto.²⁴

Na então província do Rio Grande do Norte, outra seca que teve conseqüências catastróficas foi a do triênio que vai de 1844 a 1846. Essa seca ficou conhecida como a “seca de 1845”. Ela foi a primeira da qual temos, para o Rio Grande do Norte, informações de êxodo rural para fugir dos efeitos da estiagem. Vejamos a descrição dela pelo então presidente da província:

A mortandade do gado de todas as espécies e o aniquilamento das lavouras, tem obrigado grande parte da povoação do centro a abandonar as suas habitações e a vir homisiar-se no litoral, onde a carestia e a escassez [de alimentos], que já se sentia, aumentou-se, como era natural, com o acréscimo de novos consumidores que sobrevieram, tornando-se por conseqüência geral a miséria e a indigência, cujas calamitosas conseqüências sofrem em maior escala os *retirados* ou *emigrados*, os quais, além da necessidade de alimentos, carecem de casas em que se abrigarem e de roupas com que se tirem da desnudez em que se acham. De tão desgraçada situação tem resultado morrerem não poucos indivíduos, principalmente crianças e velhos, não só de fome, mas de enfermidades [...].²⁵

²³ A seca era um poderoso veículo de insatisfação social, duas das revoltas que ocorreram no início do século XIX, a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador (1824) aconteceram em anos de seca. Não há dúvida que o flagelo da seca ajudou a impelir a população nordestina à revolta, descontentes com o “descaso” do governo central do Rio de Janeiro.

²⁴ MALVEIRA, Antonio Nunes. *Notas sobre as secas*. Rio de Janeiro, 2001. p. 59.

²⁵ Discurso do Presidente de Província perante a Assembléia Provincial, em 7 de setembro de 1845, p. 5. APUD: MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000. p. 164-165. Grifos da autora.

Essa situação de descaso das autoridades para com a seca marcou praticamente todo o século XIX. A seca, considerada como uma calamidade natural, estava fora das preocupações administrativas. As providências, quando eram tomadas, destinavam-se apenas a atacar as suas conseqüências.

Em suma, até a década de 1870 o governo imperial não fez nada de vulto para combater a seca ou os seus efeitos.

Somente nos anos de 1870 a percepção social da seca começou a ser alterada no Brasil, graças aos drásticos eventos ocorridos no final desse decênio, e que chocaram a opinião pública nacional.

1.4 A seca de 1877

O evento que serviu como um “divisor de águas” da relação entre as autoridades governamentais e o combate aos efeitos da seca, e que finalmente levou as autoridades brasileiras a começaram a se preocupar seriamente esse sério problema, foi a chamada “grande seca” de 1877.

Ela foi um evento catastrófico que deixou um saldo de aproximadamente quinhentos mil mortos (!) e atingiu as províncias do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Somente em Fortaleza, capital do Ceará, morreu mais de 119 mil pessoas. No dizer de Rodolpho Theophilo:

„A seca foi devastadora em todas as quatro províncias, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba; em todas elas ficou a população reduzida à miséria, à ruína e à

pobreza; o quadro foi horrível, só apreciável por quem sabe por experiência; foi completa, por assim dizer, a extinção dos semoventes²⁶.

Em relação à província do Rio Grande do Norte, vejamos a citação de Denise Mattos

Monteiro:

Segundo os dados oficiais do período, entre janeiro de 1878 e outubro de 1879, morreram **35.000 pessoas** na província do Rio Grande do Norte, o qual corresponderia a no mínimo **10% da população total** então existente, considerando-se os 300.000 habitantes contabilizados em 1873.²⁷

Como a mortalidade da “grande seca” chocou todo o Brasil, o Governo Imperial não pôde ficar indiferente e, a partir daí, a relação entre as autoridades e a seca foi alterada. Pela primeira vez o combate à seca entrava no âmbito das discussões políticas e o governo pela primeira vez na nossa história, começou a elaborar maneiras de minimizar os efeitos que as estiagens causavam à população nordestina. Isso também era uma forma de dar uma satisfação às elites políticas nordestinas, cujos representantes bradavam na Câmara e no Senado o descaso do poder central.

Nessa época, os poderes públicos ainda não cogitavam em tomar medidas efetivas ou preventivas contra os graves prejuízos materiais e humanos que os sertões dos estados nordestinos sofriam quando da ocorrência da falta de chuvas. Na verdade, a seca era considerada um flagelo natural e irremediável, e como tal, fora da esfera das competências das autoridades governamentais.

Como exemplo dessa maneira de pensar, nós podemos citar um pequeno trecho de um discurso proferido na Câmara Federal no dia 27 de junho de 1877, pelo deputado

²⁶ APUD: MALVEIRA, Antonio Nunes. *Notas sobre as secas*. Rio de Janeiro, 2001. p. 61.

²⁷ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000. p. 198. Grifos nossos.

cearense Alencar Araripe, referentes a emendas no orçamento para o socorro dos flagelados da seca de 1877:

Sim; temos a presente calamidade dos sertões do norte: acudimos as vítimas da fome; mas **devemos lembrar-nos que a causa das desgraças atuais está nas condições da região**, onde elas realizam-se, e que, portanto, cumpre empregar meios para modificar essas condições.²⁸

As únicas providências que foram tomadas para combater os efeitos da seca de 1877 foram, mais uma vez, medidas paliativas de caráter meramente filantrópico ou emergencial para sanar a fome dos retirantes. Como exemplo disso, vejamos mais um trecho do discurso proferido na Câmara Federal no dia 27 de junho de 1877, pelo deputado cearense Alencar Araripe, no qual ele resumiu as medidas tomadas pelo governo imperial e por particulares por ocasião da grande seca de 1877:

Sr. Presidente [da Câmara Federal], o país é testemunha da calamidade, que infelizmente devasta, não uma província, mas uma grande região do Império brasileiro: quero falar da região que abrange os sertões das quatro províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

O governo imperial e a **filantropia** do povo brasileiro, não só dessa corte, como também das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Pará e outras se hão levantado em socorro das vítimas da grande catástrofe.²⁹

Também foi a partir desta seca que se iniciaram as chamadas “frentes de trabalho”, tristemente comuns na história do sertão nordestino a partir de então. Vejamos mais um trecho do supracitado discurso:

Sei que o honrado (sic) presidente de minha província, o Sr. desembargador Caetano Estellita, tem mostrado a maior diligência em aliviar os males de uma inevitável calamidade, abrindo crédito para o socorro das vítimas da seca, e aplicando-

²⁸ APUD: ARANHA, Teresa (org.). 18°. Livro das secas. Mossoró: Coleção Mossoroense. Vol. CDXLI, 1989. p. 21. Grifo nosso.

²⁹ APUD: ARANHA, Teresa (org.). 18°. Livro das secas. Mossoró: Coleção Mossoroense. Vol. CDXLI, 1989. p. 17. Grifo nosso.

o da maneira a mais conveniente, não só em alívio da miséria, como em vantagem do bem público, **dando aos válidos trabalho e salário em vez de esmolas e ócio.**

Sei que a **caridade pública** vai com o seu óbolo generoso mitigando a desgraça dos necessitados, que padecem penúria.³⁰

As frentes de trabalho nada mais eram do que a arregimentação da força do trabalho dos retirantes em troca da comida minimamente indispensável à sua sobrevivência e, algumas vezes, de um salário baixíssimo.

Desse modo, os governos das províncias (e, depois da Proclamação da República, os governos dos estados) utilizavam a força do trabalho da massa de retirantes esfomeados para construir estradas e outras obras de infra-estrutura. Até tempos bem recentes essa prática ainda persistiu.

Não devemos nos olvidar aqui dos laços que ligavam os governos locais e as elites políticas; muitas vezes as “frentes de trabalho” eram postas para trabalhar em prol de particulares, embora continuassem a ser, (mal) pagas pelo poder público. Assim, muitos latifundiários conseguiam prosperar e fazer benfeitorias em suas terras, durante os períodos das secas.

Uma citação, retirada da obra de Eloy de Souza que vamos analisar nessa monografia, reflete bem o uso econômico que os grandes latifundiários fizeram das frentes de trabalho. Na citação em tela, o autor estava falando sobre a construção de açudes na fazenda do Coronel Wicar Parente de Paula Pessoa, no município de Quixeramobim, Ceará. Vejamos como as palavras são eloqüentes:

Apesar de ser um transporte difícil e caro, a propriedade lhe tem proporcionado [ao Coronel Wicar], de algum tempo a essa parte, uma renda bruta anual de dois milhões de cruzeiros, graças aos açudes que construiu durante a seca de 1915, pagando salários ínfimos e com elevado índice de produção, a ser verdadeira a

³⁰ APUD: ARANHA, Teresa (org.). 18°. Livro das secas. Mossoró: Coleção Mossoroense. Vol. CDXLI, 1989. p. 19 e 20. Grifos nossos.

opinião do coronel Wicar, ao afirmar que não há melhor trabalhador que o cearense com fome.³¹

Por outro lado, se ainda perduravam as tradicionais medidas assistencialistas a partir de 1877, pela primeira vez o governo colocou em pauta a questão da **prevenção** contra os efeitos da seca. Isso ocorreu quando o Governo Imperial criou uma **comissão** para realizar estudos na região do Ceará, visando à construção de açudes e canais de irrigação, para assim poder prevenir os efeitos das secas futuras.

Devemos aqui lembrar que essa mudança de mentalidade foi em grande parte impulsionada pelos avanços na engenharia civil do final do século XIX, que acenavam com a possibilidade da construção de grandes obras de infra-estrutura que, em tese, poderiam resolver o problema. Podemos perceber aqui que embora a seca continuasse a ser vista como um problema climático natural, acreditava-se que os meios para conseguir a solução de seus problemas estavam nas mãos da engenharia civil.³²

No entanto, já aqui começou a se delinear a dicotomia entre as promessas governamentais e o que era efetivamente realizado, dicotomia essa que se tornou uma constante desde então. Em primeiro lugar, as obras idealizadas por essa comissão tinham um caráter meramente paliativo. Em segundo lugar elas foram interrompidas várias vezes (por questões de ordem política ou econômica) e, ao fim, mostraram-se insuficientes para resolver o problema.

³¹ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (XX). Açudes e açudagem. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas: artigos de Eloy de Souza**. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 37. Grifo nosso.

³² Mas ainda não se fazia nenhuma referência à seca como um problema social.

2. PEQUENA HISTÓRIA DE SECA NA REGIÃO NORDESTE: DA CRIAÇÃO DO IOCS À DÉCADA DE 1950

2.1 A criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS)

A nova mentalidade de combate aos efeitos da seca só se consolidou definitivamente após a proclamação da República (1889), talvez por influência da racionalização administrativa dos militares positivistas ou devido ao desenvolvimento dos cursos de engenharia no país. A tese que defendia a construção de obras de infra-estrutura para prevenir os efeitos da seca, tornou-se dominante no meio político e também nos meios intelectuais e acadêmicos.

Contudo, essa mudança do enfoque da questão não almejou um resultado mais expressivo na melhoria das condições de vida do povo sertanejo, pois as obras esbarravam em questões políticas (nacionais ou regionais), em contingências econômicas ou no puro e simples descaso.

Foi também no início do século XX que as elites estaduais começaram a elaborar um discurso político em torno da seca e a utilizá-lo com fins de manipulação eleitoral e de propaganda política.³³

Consubstanciando esse novo modo de pensar o combate aos efeitos da seca, no início do século XX, mais especificamente em 1909 foi criada pelo Governo Federal, durante o governo de Nilo Peçanha, devido a uma proposta do então deputado federal Eloy de Souza,

³³ Para mais detalhes sobre esse discurso, ver o tópico 2.2 desta monografia.

a Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), através do Decreto nº 7.619 de 21 de outubro de 1909.³⁴

Esse decreto pioneiro previa inclusive a colaboração entre o Governo Federal e os estados na luta contra os efeitos das secas.

Posteriormente, em 1919, a IOCS foi rebatizada como Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS)³⁵; finalmente, em 1945, a IFOCS foi novamente rebatizada como Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)³⁶, nome esse que perdura até o momento em que escrevemos.

Não podemos, de maneira nenhuma, negar que a criação do órgão realmente foi importante, pois denota justamente uma mudança na mentalidade administrativa brasileira e que o Governo Federal finalmente passou a arrolar o problema da seca no rol de suas preocupações.

Porém, não podemos ser ingênuos e afirmar que o Estado Oligárquico brasileiro do início do século XX estava preocupado com as condições de vida da população. Temos de ter em mente que as elites nordestinas também eram afetadas pela seca (mas obviamente de modo bastante diferente do que a população em geral) e sofriam prejuízos financeiros com ela.

Ademais, a seca era um problema para as elites regionais, pois criava um grande fluxo de migrantes para as capitais estaduais, bem como para outros estados da federação, o que acabava por se constituir em uma fonte permanente de tensão social, dada a miséria

³⁴ O Decreto 7.619 de 21 de outubro de 1919 atribuiu as seguintes finalidades (bastante amplas) para o IOCS: 1) estudar sistematicamente as condições meteorológicas, geológicas, topográficas e hidrológicas das zonas semi-áridas; 2) estudar a pluviometria da região; 3) promover a conservação de florestas; 4) construir estradas e ferrovias; 5) perfurar poços tubulares e artesianos; 6) estudar a pequena açudagem e incentivar, mediante prêmios, a sua proliferação; 7) construir açudes públicos com dinheiro da União, assim como barragens submersas; 8) realizar a drenagem dos vales úmidos; 9) desenvolver a piscicultura. APUD: FILHO, João Medeiros e SOUZA, Itamar de. *A seca do Nordeste: um falso problema*. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 32.

³⁵ Através do Decreto nº 13.687, de 09 de julho de 1919.

³⁶ Através do Decreto-Lei nº 8.846, de 28 de dezembro de 1945.

dos retirantes, ou mesmo em um catalisador de epidemias. Como exemplo disso podemos citar a epidemia de varíola que afligiu Natal em 1904. Vejamos a descrição dessa moléstia nas palavras de Eloy de Souza:

Os bandos de maltrapilhos cobriram de luto a cidade. Nos abarracamentos a promiscuidade que não separava os sexos nem as idades, também não isolava os doentes dos sãos. Aos gemidos dos adultos se misturava o choro (sic) das crianças, queimadas pela febre, o pranto das mães martirisadas (sic) pela angustia de não encontrarem no seio murcho uma gota de leite para matar a primeira fome do filho recém-nascido.

Natal viu tudo isto e viu mais a varíola ceifar centenas de criaturas dentro de poucos dias; as feridas bravas deformarem homens e mulheres; as camaras (sic) de sangue dizimarem impiedosamente a população infantil, e testemunhou a nudez de pobres moças sertanejas, constrangidas pela miséria que as obrigava a irem buscar nos postos de reunião das comissões de socórrros (sic) os ingressos indispensáveis ao recebimento da ração diária.³⁷

Outra das preocupações que a seca trazia para as elites nordestinas residia na questão da mão-de-obra. As secas provocavam um considerável êxodo de retirantes para as regiões sudeste e norte, provocando grande ansiedade nos latifundiários que viam minguar a disponibilidade de trabalho barato para as suas fazendas quando a estiagem acabasse e voltassem os invernos normais.

Mesmo assim, durante as estiagens mais severas e prolongadas, quando as capitais nordestinas inchavam demasiadamente e a tensão social transformava as cidades em barris de pólvora, os governos estaduais não hesitavam em embarcar, à força, grandes levas de imigrantes para a região Norte. Vejamos, sob esse assunto, a citação de Itamar de Souza, em relação à seca de 1904:

Em junho de 1904, mais de quinze mil flagelados concentraram-se em Natal, quando então a população desta cidade era de 16.000 habitantes, conforme o censo de 1900 [...] a polícia embarcava à força aqueles retirantes que não queriam ir embora [...]

³⁷ SOUZA, Eloy de. *O calvário das secas*. Mossoró: ESAM, 1976. Coleção Mossoroense. Vol. XXXVIII. p. 10 e 11.

em alguns meses, só pelo porto de Natal, embarcaram em passagens fornecidas pelo governo federal, cerca de 18.000 pessoas.³⁸

No entanto, os resultados obtidos pela IOCS e pelos governos estaduais foram pouco significativos. As verbas disponibilizadas eram insuficientes e mal-aproveitadas. Seguindo a antiga tradição administrativa lusitana, criou-se uma burocracia que retardava o início das obras e que era, por si só, um escoadouro de recursos. Muitas obras eram suspensas por tempo indeterminado, e algumas foram iniciadas e depois abandonadas, num flagrante desperdício de dinheiro público.

Os políticos locais criavam entraves à realização de projetos, até por que não tinham interesse em resolver de forma definitiva os problemas causados pela seca ou então, por motivos políticos, para fazer oposição ao governo do momento e a todas as suas propostas. Em resumo, a politicagem e a corrupção generalizadas comprometeram os trabalhos de combate à seca.

Já durante a Era Vargas a calamitosa seca de 1932 fez com que o problema da seca voltasse, mais uma vez, à agenda nacional, mobilizando diversos grupos políticos nordestinos e grande parte da imprensa nacional.³⁹ Tal mobilização fez com que o Congresso Constituinte de 1934 inscrevesse no diploma constitucional diversos artigos destinados a prover recursos para o combate das secas no Nordeste. A Constituição de 1946 foi ainda mais longe e ampliou esses recursos.

A partir de então, mais um elemento foi acrescentado ao discurso oficial. Esse discurso agora se compunha de três idéias. A primeira, como já vimos, era que a seca era um problema climático e natural. Em segundo lugar, continuavam a afirmar que a solução

³⁸ SOUZA, Itamar de. *A república Velha no Rio Grande do Norte*. p. 234. APUD: MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000. p. 218.

³⁹ SOUZA, Eloy de. *Economia das secas (XVII). A lei e as secas*. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) *Economia das secas: artigos de Eloy de Souza*. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 32.

da seca estava na construção de obras de engenharia e de armazenamento de água (açudes, barragens, poços, etc.). A terceira idéia veio para justificar porque, até então, o governo não havia conseguido combater eficientemente o problema da seca; essa idéia era que se o Estado disponibilizasse verbas suficientes para construir as obras acima citadas, os problemas causados pela seca seriam definitivamente extintos.

Por isso, desde a Constituição de 1934, até a mais recente, a Constituição de 1988, estiveram previstas numerosas dotações orçamentárias de recursos para prevenir as secas ou combater os seus efeitos; isso sem contar as mais diversas Leis Complementares ou Ordinárias que foram aprovadas, ano após ano, com dotações suplementares. E embora o aporte de recursos governamentais tenha crescido a cada ano, os resultados continuam pouco significativos.⁴⁰

No entanto, mais uma vez persistiu a enorme diferença entre a teoria (o discurso político) e a prática (o que foi realmente feito); a corrupção e o desvio de verbas públicas, a incompetência e a falta de planejamento persistiram, impedindo soluções definitivas para o problema.

De lá para cá, diversas outras leis foram criadas prevendo dotações orçamentárias para o combate das secas⁴¹; também a questão de verbas destinadas para prevenir as secas ou combater os seus efeitos esteve presente na Carta Constitucional de 1967, bem como está contemplada na Constituição de 1988. Mas como o problema da seca e da concentração de terras no Nordeste não se resolve “por decreto”, a dramática situação do povo nordestino ainda persiste.

⁴⁰ Não cabe aqui indagar a questão das causas desse fracasso. Pode ser tanto por falta de recursos suficientes, pode ser por os recursos estarem sendo mal-utilizados ou pode ser por causa da corrupção generalizada que a administração pública brasileira ainda enfrenta hoje, em pleno século XXI.

⁴¹ Entre outras, podemos citar a lei número 1004 de 24 de dezembro de 1949 e a lei número 1334, de 28 de janeiro de 1951.

2.2 O discurso da seca

A partir dos anos 1960, diversos estudiosos⁴² começaram a desenvolver um novo enfoque sobre a questão da seca. Esse novo enfoque procura perceber a seca não apenas como um problema climático ou ambiental, mas também como um problema social. Essa linha de pesquisa defende que, sem se levar em conta a estrutura social latifundiária predominante nos sertões nordestinos, a seca não pode ser compreendida e adequadamente combatidos os seus nefastos efeitos.

Pois foi justamente essa a tese que aceitamos como parâmetro na confecção desta monografia: a de que a seca é um problema ambiental, mas é também, e principalmente, um problema social, causado pela desigualdade social e pela concentração de terras nas mãos de uma elite rural privilegiada.

Queremos mais uma vez salientar que não devemos nos esquecer que os mais diversos grupos políticos da elite nordestina e nacional desenvolveram paulatinamente um **discurso oficial** que defendia a tese que o problema da seca resumia-se pura e simplesmente na falta de água, e que a realização de obras de infra-estrutura para o armazenamento de água, tais como açudes, cisternas e barragens, seria a “panacéia” que curaria definitivamente as chagas da seca.

⁴² Dentre muitos autores, podemos citar, a título de exemplo: BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Vozes, 1984; COELHO, Jorge. **As secas do Nordeste e a indústria das secas**. Petrópolis: Vozes, 1985; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993; FILHO, João Medeiros e SOUZA, Itamar de. **A seca do Nordeste: um falso problema**. Petrópolis: Vozes, 1988.

Como exemplo dessa mentalidade, vejamos dois exemplos de citações extraídas de obras de autores que defenderam explicitamente essa ideologia, para que fiquem bem caracterizados os argumentos dessa linha de pensamento:

Em ligeiro trabalho que há alguns anos escrevemos, a pedido, para um Congresso Econômico, apresentamos as seguintes conclusões: 1º.) é urgente incrementar, por todos os meios possíveis, a açudagem, grande, média, pequena, na região seca do Estado; 2º.) urge evitar o despovoamento do Estado e que será conseguido pela açudagem da região seca, e pelo encaminhamento do trabalhador rural para a região úmida, Agreste do Estado, uma vez que nas secas a retirada ainda não pode ser evitada; 3º.) sendo o Agreste do Estado capaz de produzir todos os gêneros de primeira necessidade, exigidos pelo consumo da população, indispensável é não só para a vida econômica do Estado como também para a providência contra as secas incrementar e desenvolver a produção desta Região.⁴³

À medida que aumenta o nº de açudes, barragens, poços tubulares e mais se dilatam pelos sertões afora as suas vias de comunicação, menos intensas se vão fazendo sentir as dolorosas conseqüências da ausência de chuvas.

Estamos na imensa trincheira da fome que vai do "hinterland" pernambucano aos confins do Piauí. O nosso dever é batalhar, sem desfalecimentos, pela conquista do precioso líquido, retendo-o por toda parte, armazenando-o nos pequenos e grandes açudes, fazendo de cada depressão um oásis para que possa o homem amanhã encontrar o que beber e o que comer feitos da fome e da sede, do sacrifício e do esforço benfazejo das gerações que têm sabido lutar.⁴⁴

Esse discurso, obviamente, era (e ainda em grande parte é) utilizado como parte da propaganda eleitoral de diversos grupos políticos oligárquicos para manter as estruturas tradicionais de poder. O objetivo desse trabalho é exatamente analisar esse discurso, veiculado aqui pelo jornalista e político Eloy de Souza, bem como as suas implicações políticas e sociais.

Obviamente, sabemos hoje que a questão da seca não se restringe à disponibilidade de água, sendo algo muito mais amplo, tangenciando aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. O problema da seca não se resume à falta de água. A rigor, não falta

⁴³ GUERRA, Felipe. *As secas*, in: a República. Natal, RN, 20 de maio de 1932. APUD: FILHO, João Medeiros e SOUZA, Itamar de. *A seca do Nordeste: um falso problema*. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 34.

⁴⁴ DANTAS, Garibaldi. *Trincheira da fome*. In: a República. Natal. 2 de abril de 1932. APUD: FILHO, João Medeiros e SOUZA, Itamar de. *A seca do Nordeste: um falso problema*. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 34.

água no Nordeste. Faltam soluções para resolver a sua má distribuição e as dificuldades de seu aproveitamento.

No entanto, se os meios acadêmicos (especialmente nas Ciências Humanas) têm essa visão sobre a seca, infelizmente, ao nível do senso comum ainda predomina aquela visão de que seca é apenas falta de água.

Posto isso, não deve causar espanto descobrir que em pleno século XXI os grupos políticos tradicionais ainda se utilizem daquele “velho” discurso sobre a seca para ganhar votos, especialmente entre os eleitores com menor grau de instrução e entre aqueles que são moradores das áreas rurais (que são os que são diretamente afetados pelos efeitos nefastos da estiagem).

Mas esse discurso não ecoa apenas nos grotões do Nordeste. O atual Governo Federal está procurando revitalizar o velho projeto de transposição do Rio São Francisco, vendendo-o como o remédio que vai solucionar a seca do Nordeste. Um ex-governador do estado do Rio Grande do Norte fez de um projeto de adutoras o carro-chefe de seu governo, não obstante as reiteradas **suspeitas** de superfaturamento das obras. São exemplos que mostram a persistência de atrasadas práticas políticas brasileiras.

2.3 O combate à seca durante o século XX

Segundo Coelho⁴⁵, o problema da seca reflete, acima de tudo, questões políticas e econômicas. A situação das camadas mais humildes da população continua basicamente a mesma em nossos dias, não se alterando sensivelmente desde meados do século passado; e

⁴⁵ COELHO, Jorge. *As secas do Nordeste e a indústria das secas*. Petrópolis: Vozes, 1985.

o pior é que não existe vontade política para resolver o problema definitivamente, pois muitos interesses políticos seriam contrariados, tais como os dos grandes latifundiários nordestinos que veriam suas terras serem desapropriadas, e seus rebanhos eleitorais libertarem-se de seus currais.

Obviamente, a questão social no interior do Nordeste não passa só pela questão da terra, e sim por uma política estrutural que crie oportunidades de vida e de trabalho para a maioria da população. A seca é só mais um sinal de alerta para a opinião pública, explicitando o dever governamental de agir em benefício daqueles mais necessitados, para que não aconteçam as (infelizmente) já tradicionais cenas grotescas da miséria humana agravadas pela estiagem.

Porém, a atitude do governo nos mais diversos momentos de nossa história teve principalmente um caráter paliativo e emergencial, com ações que carecem de continuidade, o que fez com que resultados mais duradouros não fossem alcançados, malgrado a grande quantidade de recursos despendidos anualmente pelo governo federal e governos estaduais para atenuar os efeitos da seca.

A rigor, não falta água no Nordeste; na verdade, o que não existe é um planejamento para uma distribuição melhor dessa água, pois em sua maioria os programas de irrigação, servem àqueles grandes proprietários, que utilizam dela na agricultura extensiva de exportação⁴⁶. Isso mostra que o próprio sistema adotado para combater os efeitos da seca não é perfeito, pois beneficia o rico e penaliza o pobre, sendo este último o que mais necessita de ajuda.

Podemos ter plena noção disso hoje em dia, pois apesar de decorridos tantos anos, desde os primeiros projetos oficiais de combate à seca, ainda hoje se percebe a miséria

⁴⁶ Também chamada pelos meios de comunicação em massa de “Agronegócio”.

reinante nas áreas conflagradas pelo flagelo climático, não obstante toda a propaganda alardeada pela mídia e pelos políticos.

Em suma, podemos dizer que é um problema político o que o Brasil vive. E isso é ainda mais verdadeiro para o Nordeste, com todas as suas crises sociais, em razão da seca. A situação se agrava cada vez mais, principalmente levando-se em conta que os governos não querem (ou não conseguem) resolvê-lo por completo, de uma vez por todas. Em resumo, não há empenho governamental.

A tragédia da seca encobre interesses escusos daqueles que têm influência política ou são economicamente poderosos e que procuram eternizar o problema, impedindo que ações eficazes sejam adotadas.

2.4. O Contexto político, econômico e social do Rio Grande do Norte e do Brasil (1889 - 1950)

Para bem compreender as idéias defendidas por Eloy de Souza em sua série de artigos “A economia das secas”, é necessário antes compreender o contexto político, econômico e social no qual a sua vida está inserida. Pensando nisso, achamos conveniente tratar brevemente do contexto histórico do estado do Rio Grande do Norte e do Brasil, durante o final do século XIX, desde a Proclamação da República em 1889, até os primórdios da década de 1950.⁴⁷

⁴⁷ Lembrando que tais artigos foram publicados entre 1951 e 1952.

A principal fonte que nós utilizamos para escrever esse capítulo foi o livro “Introdução à história do Rio Grande do Norte”, escrito pela professora Dra. Denise Mattos Monteiro, por ser uma obra clara e concisa.

O alvorecer do século XX encontrou o Nordeste do Brasil numa situação econômica bastante desconfortável, causada pela baixa dos preços dos produtos exportados pela região (açúcar e algodão), situação essa que começava a se desenhar ainda na década de 1870. As secas, notadamente a seca de 1877, também fizeram com que a situação da população sertaneja piorasse sensivelmente, engrossando as romarias de migrantes que se dirigiam para o litoral.

A região Sudeste (principalmente o estado de São Paulo), passava por uma situação inteiramente diversa. A lavoura do café tornara-se desde meados do século XIX o principal produto da pauta de exportações brasileiras, favorecendo a ascensão econômica do grupo cafeicultor.

Como durante o Império, os cafeicultores não tinham um poder político equivalente ao seu poder econômico, eles uniram-se aos militares e aos demais oligarcas regionais, descontentes com a centralização política e econômica da corte do Rio de Janeiro, num golpe de estado que derrubou a ditadura. Gostaríamos de lembrar que a maioria da população não participou dessa mudança política, assistindo “mudos e bestializados” a todo esse processo histórico.⁴⁸

Uma das características políticas da nascente República era o seu forte federalismo, inscrito na Constituição de 1891 por pressão dos cafeicultores paulistas. Por federalismo entendemos a doutrina que defende que os estados membros da Federação tenham uma grande autonomia política e econômica podendo inclusive contrair empréstimos externos e possuir forças militares próprias.

⁴⁸ Ver CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

Vale salientar que, no Nordeste como um todo, foram justamente setores da tradicional elite latifundiária que aderiram ao nascente movimento republicano.⁴⁹ Nesse sentido, podemos afirmar que a República não alterou as estruturas políticas, sociais e econômicas locais, constituindo pouco mais do que uma alteração dos “donos do poder” do momento. Vejamos uma citação de Denise Mattos Monteiro sobre quem aderiu ao republicanismo no Rio Grande do Norte:

Essencialmente os filhos da elite agrária local que passaram pelas escolas superiores de Medicina e Direito de Pernambuco e do Rio de Janeiro, centros de circulação e debate de idéias, e que ocupavam os cargos públicos da província.⁵⁰

A principal figura política dessa transição, aqui no estado do Rio Grande do Norte, foi Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Ele era membro e principal chefe político da tradicional família Albuquerque Maranhão, proprietária de numerosos engenhos de cana-de-açúcar em Canguaretama e Macaíba e dona de grandes casas comerciais existentes no estado.

Teria aí [em 1889] origem uma oligarquia que, uma vez proclamada a República, impor-se-ia como a grande força política que dominaria o Estado por longos anos. É bastante provável que essa oligarquia, cuja base econômica encontrava-se na atividade açucareira e comercial, tenha se imposto sobre outros grupos de poder pelo fato de que sua área geográfica de produção encontrava-se na faixa litorânea onde localizava-se a capital – centro do poder administrativo da província.⁵¹

Os primeiros presidentes da nascente República brasileira (Deodoro da Fonseca 1889-1891; e Floriano Peixoto 1891-1894) foram militares. Tal fato não deve causar

⁴⁹ Muitos deles só aderiram de última hora à causa republicana.

⁵⁰ MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000. p. 206.

⁵¹ MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000. p. 211.

surpresa, pois para as elites civis era importante ter um governo forte para consolidar a República, prevenindo-a contra um contra-golpe monárquico.

De fato, esses anos foram politicamente conturbados, contando inclusive com tentativas de golpes de estado, uma revolta da marinha e guerras civis em alguns estados da Federação.

Após esse início tumultuado, as elites agrárias, notadamente os plantadores de café de São Paulo, assumiram a direção do aparelho estatal, a partir do governo de Prudente de Moraes (1894-1898).

Uma das primeiras preocupações das elites que assumiam o poder com a República foi com os meios de manter o seu poder e perpetuar-se politicamente, negando o ímpeto por maiores reformas sociais e uma maior participação popular na política. Para isso, era importante o controle sobre o voto, já que esse seria o meio pelo qual seriam escolhidos os governantes.

Na Monarquia, o domínio político da elite residia na instituição do voto censitário, onde era necessária uma determinada renda para votar e para se candidatar a algum cargo público. Já na República, a Constituição de 1891 concedia o direito do voto unicamente aos homens alfabetizados, negando esse direito à grande maioria da população brasileira⁵², notadamente aos mais humildes.

Sendo função social antes que direito, o voto era concedido àqueles a quem a sociedade julgava poder confiar a sua preservação. No Império como na República, foram excluídos os pobres (seja pelo censo, seja pela exigência de alfabetização), os mendigos, as mulheres, os menores de idade, as praças de pé, os membros das ordens religiosas. Ficava fora da sociedade política a grande maioria da população. A exclusão dos analfabetos pela Constituição republicana era particularmente discriminatória, pois ao mesmo tempo se retirava a obrigação do governo de oferecer a educação primária, que constava do texto imperial. Exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer e, simultaneamente, desconhecia-se

⁵² Na República, o percentual de eleitores, em relação ao total da população, variou de 1,4% em 1889, a 5,7% em 1930.

esse direito. Era uma ordem liberal, mas profundamente **antidemocrática** e resistente aos esforços de democratização.⁵³

Mas para as elites brasileiras, não bastava apenas excluir da participação política a grande maioria da população brasileira; era também preciso criar mecanismos que garantissem a permanência dos grupos oligárquicos (nacionais ou regionais) no poder, a qualquer custo. Então se desenvolveu um modo sistemático de fraudar as eleições que passou a ser conhecido como “coronelismo” ou “voto de cabresto”. Vejamos a definição de Denise Mattos Monteiro:



Mas o monopólio do poder foi mantido através de mecanismos eleitorais como o chamado “voto de cabresto”. Através dele, os grandes proprietários rurais – os “coronéis” -, na época das eleições para vereadores, deputados, senadores e presidente da República, arregimentavam, financiavam e controlavam, em seus municípios, os votos da massa de eleitores, não necessária e realmente alfabetizados, que viviam do seu domínio e dele dependiam. Dessa forma, as estruturas de poder não só foram mantidas, como ainda ganharam uma aparência de legitimidade.⁵⁴

Dentre os vários coronéis que existiram no Rio Grande do Norte no período, destaca-se o coronel José Bezerra de Araújo Galvão, o coronel Zé Bezerra, importante líder político de Currais Novos e do Seridó, que contava inclusive com um exército particular de mais de 300 jagunços.

Em troca do apoio político dos coronéis, as elites oligárquicas estaduais (no nosso caso, a oligarquia Albuquerque Maranhão) concediam empregos aos “apadrinhados” dos coronéis e verbas públicas para os municípios por eles controlados, num verdadeiro exemplo de privatização da política.

Ao nível federal, havia o predomínio dos estados mais poderosos do Brasil de então (e de suas respectivas oligarquias), São Paulo e Minas Gerais. Esses dois estados

⁵³ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. p. 44-45. Grifo nosso.

⁵⁴ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000. p. 207.

utilizavam-se da troca de favores com as elites regionais e de fraude eleitoral para efetuar uma alternância do poder em eleições fraudulentas, num processo que ficou conhecido como “Política do Café-com-Leite”.

Aos setores mais humildes da população não restavam muitas alternativas. Duplamente oprimidos. De um lado pelo clima inclemente e causticante da seca. De outro, pelo sistema oligárquico e coronelístico que os forçava à submissão e que os excluía não só da política, mas também do amparo e das benesses do Estado. Muitos acabavam sucumbindo à marginalidade ou ao fanatismo religioso.

Contra a fome e a miséria que aumentam com a seca, manifestam-se dois tipos de reação da parte dos pobres do campo:

- a) a formação de grupos de cangaceiros que lutam de armas nas mãos, assaltando fazendas, saqueando comboios e armazéns de víveres nas próprias cidades e vilas;
- b) a formação de seitas de místicos – *fanáticos* – em torno de um beato ou conselheiro, para implorar dádivas aos céus e remir os pecados, que seriam as causas de sua desgraça.⁵⁵

O arraial de Canudos, na Bahia, reunido em torno de Antônio Conselheiro (Antônio Vicente Mendes Maciel) foi o maior e mais emblemático dos movimentos de messianismo religioso, chegando a reunir perto de trinta mil pessoas no Arraial de Belo Monte. Entre novembro de 1896 e outubro de 1897 o governo da Bahia e o exército brasileiro enviaram quatro expedições para destruir o arraial de Canudos, a última das quais contou com quinze mil soldados.

Aqui no Rio Grande do Norte ocorreu um movimento de características bastante semelhantes às de Canudos, em 1898, na Serra de João do Vale, no município de Campo Grande (hoje Augusto Severo). Centenas de trabalhadores rurais começaram a migrar para aquela região, atraídos pela pregação do beato Joaquim Ramalho. Este acabou preso pelas

⁵⁵ FACÓ, Ruy. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965. p. 36-37.

forças militares do governo do Estado e o movimento acabou por perder força e finalmente se dispersar.

Depois de algumas lutas políticas nos tumultuados primeiros anos da República, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão conseguiu impor o domínio de seu grupo político na eleição da Assembléia Constituinte em 1890, sendo logo depois, em 1892, eleito governador do estado através do voto indireto (pela Assembléia Legislativa).⁵⁶ Seu vice era Silvino Bezerra de Araújo Galvão, importante líder político e representante dos oligarcas do Seridó e irmão do coronel Zé Bezerra.

Pedro Velho governou o Rio Grande do Norte de 1892 a 1896. Mas o domínio político de seu grupo duraria até a década de 1920, praticamente sem contestações, com exceção da eleição de 1913⁵⁷. Mesmo com a morte de Pedro Velho, em 1907 seu grupo logrou permanecer no poder, alicerçado pela doce riqueza do açúcar.

A oligarquia Albuquerque Maranhão, até o ano de 1913, contou com os seguintes governos: Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (1892-1896), Joaquim Ferreira Chaves (1896-1900), Alberto Maranhão⁵⁸ (1900-1904), Augusto Tavares de Lyra⁵⁹ (1904-1906), Antônio José de Melo e Souza (1906-1908) e Alberto Maranhão, em seu segundo mandato (1908-1913).

⁵⁶ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000. p. 213.

⁵⁷ As eleições de 1913 foram as únicas verdadeiramente disputadas de toda a República Velha. Em 1910 houve um racha entre os grupos políticos de São Paulo e Minas Gerais, o que culminou na eleição do militar Hermes da Fonseca, com o apoio das forças armadas, dos gaúchos e dos mineiros. Hermes da Fonseca passou a realizar uma sistemática intervenção nos estados, promovendo a substituição de grupos oligárquicos por outros, num processo que passou a ser conhecido como *Política das Salvações* ou *Salvacionismo*. Na eleição de 1913, Hermes da Fonseca tentou impor o nome de seu filho, o tenente Leônidas Hermes, com o apoio do capitão José da Penha. A oligarquia Albuquerque Maranhão logrou eleger o seu candidato, Joaquim Ferreira Chaves, numa eleição tumultuada, marcada por tiroteios em comícios, assassinatos e muita violência.

⁵⁸ Alberto Maranhão era irmão de Pedro Velho.

⁵⁹ Augusto Tavares de Lyra era genro de Pedro Velho.

Isso sem contar nos diversos correligionários eleitos para cargos de Deputado Estadual ou Federal, para o Senado e indicados inclusive para Ministérios, como o foram Tavares de Lyra⁶⁰ e Ferreira Chaves.

Era justamente a esse grupo político que era inicialmente ligado Eloy de Souza, cuja carreira política iniciou-se em 1897, quando ele foi eleito para Deputado Federal com apenas vinte e quatro anos de idade.

O governo dessa oligarquia foi marcado, desde o seu início, pela corrupção, pelo nepotismo e pelo uso do estado como meio de conseguir privilégios a familiares e correligionários. Os interesses do grupo oligárquico estavam sempre acima dos interesses do Estado.

Como exemplo, em 1890, o governo contratou o pai de Pedro Velho (Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão) para construir uma estrada, usando a mão de obra barata dos imigrantes da seca de 1889-1890. A estrada partia de Natal e ia até a casa comercial da família, localizada em Macaíba.⁶¹

A exploração das salinas foi entregue a um dos irmãos de Pedro Velho, Adelino Maranhão.

Pelo exemplo visto acima se vê logo qual era a relação que o governo estadual tinha com o combate à seca e aos seus efeitos. Não havia até então nenhuma medida preventiva. O que havia era um mínimo de caridade pública (e privada) misturada com a famigerada prática das frentes de trabalho.

A oligarquia Albuquerque Maranhão foi pródiga na utilização da mão-de-obra das frentes de trabalho para seus interesses particulares. Onde isso pôde ser visto perfeitamente

⁶⁰ Tavares de Lyra foi Ministro da Justiça e Interior do governo de Afonso Pena. (1906-1909) e Ministro da Viação e Obras Públicas de Vesceslau Brás (1914-1918).

⁶¹ MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000. p. 215.

foi nas obras de modernização da cidade de Natal, executadas no governo de Alberto Maranhão em 1904.⁶²

A seca de 1903-1904 fez com que um grande número de retirantes, fugidos do interior, se refugiassem na Capital. A cidade de Natal, então com cerca de dezesseis mil habitantes, recebeu em pouco tempo, quinze mil retirantes. O governo estadual pediu socorro ao governo Federal e este veio de duas formas.

Em primeiro lugar, na forma de passagens (só de ida) dos retirantes para a região Norte do país. Vale lembrar que os retirantes eram “convidados” a viajar por livre e espontânea pressão.⁶³

Em segundo lugar, o governo Federal enviou recursos para serem utilizados para as frentes de trabalho. Pois bem, a verba que havia sido enviada para combater os efeitos das secas acabou sendo desviada para o embelezamento da Capital, com a construção de praças (Praça Augusto Severo, na Ribeira), para o calçamento de várias ruas e para a construção de um majestoso teatro, o teatro Carlos Gomes.⁶⁴ E isso tudo com a mão-de-obra barata e abundante dos retirantes.

Com a utilização dessa força de trabalho [dos retirantes] concentrada e a verba enviada pelo governo federal, concluiu-se a praça no mesmo local e as obras do teatro ali localizado, que foi inaugurado, em plena seca, com um “festival de caridade”, que rendeu “450 vestidinhos que foram entregues aos pobres”. Passada a seca, podemos supor que muitos desses homens e mulheres permaneceram na capital, engrossando a categoria daqueles que estavam à margem do sistema econômico e social.⁶⁵

⁶² Os historiadores tradicionais querem apontar Alberto Maranhão como um “governante modelo”. Porém, eles insistem em “esquecer” o nepotismo que assolava suas administrações, além de seu descaso criminoso para com os interesses populares.

⁶³ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000. p. 217-218.

⁶⁴ Hoje, Teatro Alberto Maranhão.

⁶⁵ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000. p. 216-217.

Posto isso, vê-se que a questão social (incluindo aí a questão da seca), para os governos da oligarquia Albuquerque Maranhão, ou era um “caso de polícia” a ser tratada com violência ou deportações forçadas, ou era uma maneira de auferir vantagens e privilégios, em detrimento das necessidades da população humilde.

A oligarquia Albuquerque Maranhão foi suplantada, na década de 1920, por uma outra oligarquia, proveniente do Seridó, a oligarquia Bezerra de Medeiros, com a eleição de José Augusto Bezerra de Medeiros, e depois, de Juvenal Lamartine. Ambos eram pecuaristas e plantadores de algodão.

Essa mudança no comando político do estado traduzia em termos políticos a decadência da produção de açúcar nordestino, suplantado por outros centros produtores mais dinâmicos e o desenvolvimento da indústria têxtil na região Sudeste. Em pouco tempo o algodão passou a se constituir no principal produto da pauta de exportações do Estado do Rio Grande do Norte. O centro econômico e dinâmico do Estado deixou de ser o litoral açucareiro e passou a ser o Seridó algodoeiro.

À crescente importância econômica da cotonicultura no Rio Grande do Norte correspondeu uma crescente importância política daquela parcela da elite agrária do estado que era ligada aos interesses da produção e comércio do algodão. Assim, foram os grupos políticos do Seridó – a mais importante área produtora de algodão no Rio Grande do Norte – que passaram a deter o poder, a nível estadual, nos anos de 1920, desalojando definitivamente do poder os Albuquerque Maranhão.⁶⁶

No entanto, a mudança de rumos políticos do governo do Estado não se traduziu em alterações sensíveis nas políticas públicas e sociais destinadas à população carente, até porque os latifundiários do açúcar estavam compostos politicamente com o novo governo. A agricultura de exportação continuava a ser a tônica dos projetos governamentais, só que dessa vez, voltada à cotonicultura.

⁶⁶ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000. p. 227.

A transição entre oligarquias, é claro, manteria inalterado o quadro da dominação econômica e social interna ao Estado, uma vez que os mecanismos eleitorais do sistema coronelístico-oligárquico permaneceriam inabaláveis, como inabalável permaneceria o monopólio da propriedade da terra, base de sustentação dessa estrutura de poder.⁶⁷

A criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS)⁶⁸, conforme já vimos, marcou, pelo menos nas intenções, um novo estágio nas relações entre o Governo Federal e os problemas causados pelas secas. A criação desse órgão também teve reflexos no âmbito dos governos estaduais.⁶⁹

Vejamos a citação de Denise Mattos Monteiro, acerca dos reais efeitos da criação da IOCS para o Rio Grande do Norte:

Os grandes proprietários rurais da região, ou seja, os “coronéis” nos municípios, seriam os verdadeiros beneficiários dessa política [a política de açudagem levada a cabo pela IOCS], que atendia ao chamado “discurso da seca”, através do qual a seca, e não os esquemas de dominação econômica e social da região, era apontada por eles como o grande entrave para o desenvolvimento do Nordeste. Em troca, esses proprietários continuavam apoiando a “política do café-com-leite”, ao nível do poder federal. Tratava-se, portanto, de um pacto entre as elites agrárias do Brasil, que em sua essência significava a manutenção do monopólio da propriedade da terra.⁷⁰

Mais uma vez, a mão-de-obra dos famintos retirantes sertanejos é que foi utilizada na grande maioria das obras realizadas com as verbas da IOCS. Esses foram utilizados na construção de açudes (a maioria dos quais construídos em propriedades particulares) e na construção de estradas de rodagem e ferrovias, que visavam ligar os centros de produção cotonicultores aos portos exportadores.

⁶⁷ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000. p. 228.

⁶⁸ Ver o tópico 2.1 desta monografia.

⁶⁹ Vale lembrar que o Decreto nº 7.619 de 21 de outubro de 1909, que criou a IOCS, também previa a colaboração entre o governo federal e os governos estaduais, visando à prevenção e o combate contra as secas e seus efeitos.

⁷⁰ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000. p. 229.

Aqui no Rio Grande, durante a República Velha, foram construídas duas estradas de ferro, dentro do programa de obras contra as secas: uma a Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte⁷¹ começou a ser construída durante a seca de 1904, mas as obras foram atrasadas por falta de liberação de verba e, em 1930, ela só havia chegado até a cidade de Lajes; a outra era a Estrada de Ferro Mossoró – São Francisco, e visava escoar a produção do Oeste do Estado para o porto de Areia Branca; sua construção iniciou-se em 1915 e, em 1930, ia de Areia Branca até as imediações de Caraúbas.

Durante a seca de 1915 também foram construídas as duas primeiras estradas de rodagem do estado. Uma ligava Natal ao Seridó e a outra ligava a cidade de Assu ao porto de Macau.⁷²

Com a implantação dessa política, portanto, a elite agroexportadora ganhou duplamente. Em primeiro lugar, com a melhoria das condições de escoamento da produção pelas estradas, em segundo lugar com a possibilidade de reter parte da escassa mão-de-obra, pois uma vez passada a seca, os trabalhadores abandonavam as frentes de trabalho e voltavam para a lavoura.⁷³

Com o progresso da cotonicultura no estado, durante a década de 1920, surgiram muitas usinas de beneficiamento do algodão, e depois, já na década de 1930, algumas fábricas do setor têxtil.⁷⁴ Existiam, porém, algumas pequenas fábricas dos setores têxtil ou alimentício, que funcionavam de modo quase artesanal.⁷⁵

Com o decorrer dos anos 1920, o aumento do número de operários passou a se tornar razoavelmente significativo e eles começaram a organizar suas representações

⁷¹ Depois rebatizada como Estrada de Ferro Sampaio Correa.

⁷² MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000. p. 231 e 234.

⁷³ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000. p. 232.

⁷⁴ A primeira indústria têxtil do Rio Grande do Norte, a Fábrica de Fiação e Tecidos de Natal, funcionou de 1888 à 1925 e pertencia à família Albuquerque Maranhão. MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000. p. 236.

⁷⁵ Na época, o setor industrial do Rio Grande do Norte era modesto, mesmo para os padrões do Nordeste do Brasil. Ele ocupava o sétimo lugar regional, acima apenas do Maranhão e Piauí.

sindicais. As primeiras organizações do gênero tinham mais um caráter de “caixa assistencial”. Mas já na década de 1920 as chamadas “ligas operárias”, de caráter mais reivindicativo, tornaram-se mais comuns⁷⁶, organizando as primeiras greves em 1923. Na organização destas, acabou por se destacar o jornalista e advogado João Café Filho.

A partir dessa greve – a primeira que conseguiu reunir trabalhadores de diferentes setores –, a repressão do governo estadual às manifestações operárias aumentou. Dessa forma, os governos de José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine, sobretudo este último, foram marcados pelo emprego da violência não só contra operários, mas também contra todo tipo de oposição política. Foram comuns os espancamentos, as prisões, a destruição das sedes das associações e de jornais.⁷⁷

Foi também nos últimos anos da década de 1920 (suspeita-se que em 1926) que começou a ser organizado o Partido Comunista em Natal, a partir de um grupo de sapateiros, liderados por José Praxedes.⁷⁸

Na verdade, esse processo de efervescência política e econômica não se restringia ao Rio Grande do Norte, mas estava disseminado por todo o Brasil durante a década de 1920. O crescimento das indústrias, especialmente na região Sudeste, havia feito emergir novos atores urbanos na sociedade brasileira, a burguesia industrial e o operariado das fábricas. Tais grupos tinham interesses bastante distintivos daqueles das elites cafeicultoras e demais elites tradicionais.

A classe média urbana também estava descontente com o sistema oligárquico brasileiro, pois ela não tinha voz nem força política. Tais setores passaram a exigir reformas na política, como a instituição do voto secreto e o fim do voto de cabresto, bem como moralidade administrativa.

⁷⁶ A pioneira dentre as ligas operárias estaduais foi a Liga Artístico-Operária Norte-rio-grandense, fundada ainda em 1904.

⁷⁷ MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000. p. 240.

⁷⁸ MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000. p. 241.

Dentro dos quartéis, a jovem oficialidade, em grande parte oriunda da classe média, começou a esposar teses semelhantes, com a agravante de defender a luta armada para derrubar o regime oligárquico. Esse movimento passou a ser conhecido como Tenentismo e organizou várias revoltas do decorrer da década de 1920, tais como A Revolta do Forte de Copacabana (1922) e a Coluna Prestes (1924-1927).⁷⁹

Abalados com a crise econômica de 1929 e por disputas políticas intestinas, São Paulo e Minas Gerais racharam nas eleições de 1930. Os mineiros, junto com os gaúchos e os paraibanos, lançaram a candidatura do governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, tendo como vice o governador da Paraíba, João Pessoa. Essa chapa, chamada de Aliança Liberal, buscou ganhar o voto urbano sendo, porém, derrotada nas urnas em meio a uma eleição turbulenta e cheia de fraudes.⁸⁰

No entanto, o assassinato de João Pessoa, morto em Recife por disputas políticas regionais, provocou uma comoção tal que serviu de estopim a um golpe militar com o apoio dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraíba, Bahia e Pará e com o providencial apoio do movimento tenentista. Esse movimento desalojou as elites cafeicultoras paulistas do poder e levou Getúlio Vargas à presidência do Brasil.

Vale salientar que o movimento de 1930 não deve ser chamado propriamente de “revolução”, pois embora tenha havido uma mudança na estrutura de poder da República Velha, Getúlio Vargas soube se compor politicamente com grande parte das elites agrárias estaduais. Em verdade, a Aliança Liberal era um agrupamento de forças heterogêneas que tinham em comum apenas a oposição à alternância política entre São Paulo e Minas Gerais (“Política do Café-com-Leite”).

⁷⁹ A Coluna Prestes chegou a passar pela região oeste do estado do Rio Grande do Norte, em 1926, sendo combatida pelas forças militares estaduais na cidade de Luís Gomes.

⁸⁰ Como o eram todas as eleições da República Velha.

No Rio Grande do Norte, o governo do Estado exercido pela oligarquia do Seridó apoiava o sistema de poder federal até então existente, isto é, a “política do café-com-leite” e não participou dos levantes de 1930. Mas também não defendeu, pelas armas, esse sistema de poder, pelo contrário, percebendo que o movimento seria vitorioso, o governador Juvenal Lamartine refugiou-se em Paris. Dessa forma, as tropas de apoio à “revolução” vindas da Paraíba tomaram com facilidade o poder no Rio Grande do Norte.⁸¹

Uma das características que mais marcaram a Era Vargas foi a consolidação do poder do Estado Nacional brasileiro, acabando com as distorções do Federalismo. Antes de 1930, cada estado da Federação se constituía praticamente em uma unidade administrativa autônoma, com um Governo Federal muito frágil.

Após a Revolução de 1930, o Rio Grande do Norte, bem como outros estados da Federação, passou a ser governado por interventores. Os interventores eram normalmente militares e eram nomeados pelo Governo Federal. No entanto, Vargas soube ser bastante hábil politicamente, procurando acordos com os antigos grupos oligárquicos, bem como com os novos atores políticos que haviam se destacado na “revolução”.

Dois exemplos desse processo [de composição de Vargas com as elites locais] foram bastante significativos no Rio Grande do Norte: Café Filho, que se destacara na organização da classe trabalhadora no estado, sofrendo os efeitos da repressão, tornou-se ele próprio Chefe de Segurança Pública, em 1930. José Augusto Bezerra de Medeiros, representante da oligarquia do Seridó e ex-governador do estado, liderou a criação do “Partido Popular” nesse período de rearranjos políticos do pós-30. Esse partido teve maioria na Assembléia Constituinte Estadual, que se instalou em 1934, e garantiu a eleição de Rafael Fernandes Gurjão – “médico, fazendeiro e comerciante exportador em Mossoró” – para o governo do Estado em 1935.⁸²

Por causa disso tudo, podemos concluir que não houve uma grande alteração das estruturas política e econômica (do estado do Rio Grande do Norte), que continuaram

⁸¹ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000. p. 245.

⁸² MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000. p. 246-247.

praticamente inalteradas durante toda a Era Vargas (1930-1945) e também no decorrer da década de 1950.

Durante a Era Vargas, surgiram novas lideranças políticas que, no fundo, representavam mais uma continuidade das velhas oligarquias, do que propriamente uma renovação. Esses políticos potiguares procuravam se compor com o Governo Federal para a manutenção de seus privilégios políticos e econômicos. Dentre essa nova leva de políticos oligárquicos destacaram-se João Café Filho, Rafael Fernandes Gurjão⁸³, que foi inclusive eleito como governador do Estado em 1935 e o “major” Theodorico Bezerra, um dos maiores latifundiários do estado no período.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os americanos aproveitaram a privilegiada localização geográfica do Rio Grande do Norte, como sendo o local da América mais próximo da África, e montaram uma base militar em Parnamirim (o *Parnamirim Field*). Durante a guerra o comércio de Natal teve um desenvolvimento extraordinário e muitos políticos e latifundiários enriqueceram com isso.

Com a redemocratização em 1945-1946, a maioria dos políticos oligárquicos potiguares (como o próprio Theodorico Bezerra) ingressou no Partido Social Democrático (PSD), partido fundado pelo presidente Getúlio Vargas para acomodar os membros das elites agrárias estaduais.

No dia 03 de fevereiro de 1949, Theodorico Bezerra assumiu o comando do PSD do estado do Rio Grande do Norte. Apesar de ele não se portar como os antigos coronéis sertanejos da República Velha, ele possuía indubitavelmente uma visão coronelística, usando de todos os meios, ameaças, subornos, pedidos, favores, traições e tudo o mais para alcançar a vitória nas eleições. Ele também foi pródigo em utilizar a máquina estatal para alavancar seus próprios negócios.

⁸³ Foi durante o governo de Rafael Fernandes que ocorreu a Intentona Comunista em Natal, em 1935.

Foi justamente pelo PSD, com o apoio das elites agrárias oligárquicas, que o médico José Varela conseguiu vencer as eleições para governador do Estado, cargo que exerceu de 1947 a 1953, período em que Eloy de Souza escreveu os artigos que vamos analisar nesta monografia.

3. O DISCURSO SOBRE A SECA NOS ARTIGOS DE ELOY DE SOUZA (1951 - 1952)

3.1 – Considerações iniciais

Eloy de Souza foi um dos políticos potiguares que teve a carreira mais longa. Filho de uma rica família de senhores de engenho de Macaíba, ele nasceu em 1873 e morreu em 1959, aos oitenta e seis anos de idade. Desde 1897 ele entrou na vida pública, como Deputado Federal, e permaneceu na política até morrer, sendo um dos mais fiéis representantes da elite agrária do estado do Rio Grande do Norte, especialmente da oligarquia Albuquerque Maranhão. Durante os longos anos de sua vida política, ocupou uma ampla diversidade de cargos públicos eletivos, sendo inclusive Senador da República.

Além de político, Eloy de Souza foi também um dos mais destacados jornalistas do Rio Grande do Norte na primeira metade do século XX. Diversas vezes ele contribuiu com muitos artigos para jornais e periódicos do Rio Grande do Norte e de outros estados da Federação.

Devemos aqui dar “a mão à palmatória”, e reconhecer, ao menos, a clareza e concisão de seus escritos, os quais tinham um inegável poder de persuasão junto aos seus leitores, em geral membros letrados das classes médias e da elite. Não é difícil perceber que esse era o seu público leitor, já que a taxa de analfabetismo entre as classes populares era altíssima na década de 1950.

Os presentes artigos que estamos analisando foram publicados em uma coluna que ele manteve no jornal *A Ordem*, de Natal, nos primórdios da década de cinquenta do século XX (mais exatamente entre agosto de 1951 e julho de 1952). São artigos que expõem o seu pensamento da maturidade, já que ele contava na época com cerca de setenta e oito anos de idade. Tais artigos foram seqüenciados pelo próprio autor e em comum tinham o fato de terem sido publicados em uma coluna, mantida pelo próprio Eloy de Souza no jornal supracitado, denominada “Economia das Secas”.

O primeiro desses artigos foi publicado no dia 24 de agosto de 1951. O último deles data de 15 de julho de 1952. No total, essa coluna contou com **setenta artigos** publicados nesses onze meses, os quais traziam uma ampla diversidade, tratando não apenas da seca, mas também de obras de infra-estrutura; dos portos norte-rio-grandenses; estradas ferroviárias (dentre as quais podemos citar a sua defesa da construção da “Sampaio Correia”⁸⁴ e a estrada de ferro de Mossoró)⁸⁵; construção de rodovias ligando as regiões do estado; produção agrícola de algodão, cana-de-açúcar e mandioca; nutrição; alimentação; preservação das dunas, e muito mais.

Na verdade, o conteúdo dessa série de artigos (“Economia das secas”) vai muito mais além do que o seu título pode sugerir. Nela, Eloy de Souza traça um verdadeiro mapa de como ele defendia que poderia ser alcançado o desenvolvimento econômico do estado do Rio Grande do Norte, dando destaque, evidentemente, à agricultura de produtos de exportação, notadamente o algodão e a cana-de-açúcar (porém sem descuidar da produção de alimentos para abastecer o mercado interno). Além de tratar das secas e das regiões

⁸⁴ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (XXIV). Estrada de ferro “Sampaio Correia”. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) *Economia das secas: artigos de Eloy de Souza*. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 43.

⁸⁵ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (XXV). Sal e transportes. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) *Economia das secas: artigos de Eloy de Souza*. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 44.

onde ela ocorre, o autor discorre longamente sobre a região agreste e sobre o litoral leste do estado, notadamente a região de Ceará-Mirim.

Já adiantamos agora que em nenhum momento Eloy de Souza faz referência a questões sociais, como por exemplo, concentração de terras ou distribuição de renda. A pobreza e a miséria ora são tratadas como fatos naturais, causados pela seca, ora são tratados como produto da “preguiça”, da “falta de iniciativa” e da “indolência” de certos agricultores. Ele, como membro de uma importante família de latifundiários, idealizou uma maneira de desenvolver a economia do estado em prol das elites agrárias locais e seus artigos refletiram muito bem isso.

Porém, queremos deixar bem claro que uma análise pormenorizada de todas as idéias defendidas por Eloy de Souza não cabe no limitado espaço desta monografia. Portanto nós nos limitaremos a analisar, o discurso que ele elaborou, referente à seca e a todas as questões atinentes aos problemas que ela causa, ou então que digam respeito a regiões atingidas pela seca.

A essa altura do trabalho o leitor pode estar intrigado com a nossa escolha em estudar esses artigos. Ora, nós acreditamos que eles são importantes porque, em seu conjunto, são bastante característicos das idéias defendidas por Eloy de Souza ao longo de sua vida pública, condensadas em sua plenitude, agora com maturidade. A série de artigos não é nada aleatória, mas sim, conta com uma organização sistemática, seqüencial e consistente; isso pode ser constatado facilmente, pois na maioria das vezes, um artigo continuava a linha de raciocínio exposta no artigo anterior.

Além do mais, não devemos (e nem podemos) esquecer onde foi que esses artigos foram publicados: em um jornal da capital do estado do Rio Grande do Norte (Natal), jornal esse que tinha ampla circulação pública. Ora, está claro e evidente que ao fazer isso Eloy de Souza estava buscando difundir sua ideologia (na verdade a ideologia de sua classe

social) junto à elite letrada e à classe média urbana da capital, público a que o jornal estava dirigido. Desse modo podemos analisar de modo privilegiado a divulgação de um certo discurso ideológico sobre a seca; discurso esse que ainda ecoa nos dias atuais e que ainda tem os seus seguidores.

Aqui e ali fazemos referências a outros discursos de Eloy de Souza, proferidos em outros tempos e lugares, para darmos mais força às nossas afirmações. Eventualmente, também faremos citações a outros contemporâneos dele, mostrando assim a divulgação e o alcance de tais idéias. Mas essas referências outras serão usadas com parcimônia para não perdermos o foco de nossa análise.

3.2 – A seca como um problema climático

A espinha dorsal dos artigos de Eloy de Souza que versam sobre a seca é que esta era um problema pura e simplesmente climático e/ou ambiental e que poderia ser resolvido com a construção de obras técnicas de armazenamento de água, tais como açudes de pequeno e médio porte, grandes barragens que possibilitariam a perenização de rios e com o emprego de modernas técnicas de irrigação.

Em nenhum momento ele faz alusão às condições sociais ou econômicas da população sertaneja ou ao regime de propriedade predominante no sertão (latifundiário e excludente). Também não menciona os latifúndios, as expropriações das fazendas familiares, nem a exploração do sertanejo pobre pelos “coronéis” nas frentes de trabalho (na verdade ele vai inclusive defender implicitamente essa prática).

No idílio imaginado por Eloy de Souza, a presença da água redimiria o sertão de suas mazelas e levaria a região a um estado permanente de bem-estar social e felicidade. Em um dos seus artigos ele chegou a afirmar que “Na água está a nossa **redenção**”.⁸⁶

Segundo o mesmo autor:

É preciso ter sempre em vista que, dessa região, a valorização do homem e da terra depende do aproveitamento das águas pluviais. Nessa providência está a nossa verdadeira riqueza, condição precípua e essencial de bem-estar e felicidade⁸⁷.

Como bom jornalista que era, Eloy de Souza sabia muito bem como utilizar uma linguagem forte e carregada de termos apologéticos ou messiânicos de forma a reforçar os seus argumentos, ao mesmo tempo em que procurava atingir o imaginário de seus leitores nordestinos, imaginário esse alimentado pela religiosidade obscurantista católica e pelas ilusões do messianismo alienante. Por isso que eram bastante comuns em seus textos alusão a termos como “salvação”, “redenção”, “milagre”, “prodígio da irrigação”, dentre muitos outros.⁸⁸

Vejamos um dos exemplos mais claros de sua linguagem “messiânica”, para ilustrar o que dissemos anteriormente:

O Nordeste é um verdadeiro milagre; e a renovação desse milagre faz-se pelas águas vindas do céu, seja na reprodução dos invernos normais, seja na captação pelos açudes, destinadas às culturas de vazante ou de irrigação. Infelizmente, ou felizmente,

⁸⁶ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (VIII). **Açudagem e burocracia**. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas: artigos de Eloy de Souza**. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 19. Grifo nosso.

⁸⁷ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (VIII). **Açudagem e burocracia**. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas: artigos de Eloy de Souza**. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 19.

⁸⁸ Veja-se como exemplo dessa retórica esse texto: SOUZA, Eloy de. Economia das secas (XXII). **Prodígio da irrigação**. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas: artigos de Eloy de Souza**. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 40.

mais do que o engenheiro, sente o agrônomo o embevecimento desse milagre e dele nunca descrê.⁸⁹

Apesar de em seus artigos, como estratégia de convencimento, Eloy do Souza utilizar uma linguagem carregada de figuras da retórica eclesiástica, ele negava-se a estudar a seca de modo “emocional”, procurando vê-la por um prisma bastante técnico citando sempre, para embasar as suas teorias, a palavra de engenheiros, hidrólogos ou outros cientistas de áreas afins. Em seus termos, ele afirmava:

Foram os geólogos, os botânicos, agrônomos e profissionais de outras atividades especializadas em pesquisa do solo e do subsolo, da capacidade e medição de suas principais torrentes, da variabilidade de sua pluviometria, da erosão do solo conseqüente ao seu desnudamento, secura do clima, pouca profundidade das camadas aluviais e formação geológica de grandes áreas incapacitadas para vegetação florestal, que o assunto passou de sua forma intuitiva e desordenada para a aplicação de métodos de exploração científica concordante com as necessidades regionais.⁹⁰

Curiosamente, em alguns de seus artigos, Eloy de Souza afirmava categoricamente que a seca em si não era o maior dos problemas ambientais do povo nordestino. Na verdade, talvez de uma maneira um tanto quanto otimista, ele acreditava que o regime pluviométrico do sertão não era algo assim tão precário e que, em verdade, era uma “região de regime [de chuvas] francamente torrencial (sic)⁹¹”. Para ele, o problema maior consistia nas chuvas torrenciais e nas conseqüentes enxurradas que arrastavam as terras férteis para o oceano. Segundo ele:

⁸⁹ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (XXIII). **Milagre do Nordeste**. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas: artigos de Eloy de Souza**. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 41.

⁹⁰ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (I). **À guisa de introdução**. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas: artigos de Eloy de Souza**. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 9.

⁹¹ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (III). **A açudagem**. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas: artigos de Eloy de Souza**. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 11.

Por outro lado, por mais paradoxal que pareça, pode se afirmar, com segurança, que os invernos calamitosos causam danos maiores do que as secas periódicas.

As secas matam tudo que vive: homens, rebanhos, plantas, como se fossem atingidas por um ódio contra o maior milagre do Criador.

As inundações, porém, solaram a terra, arrastando-a em avalanches no rebojo de torrentes marulhosas para o fundo do oceano, onde acaba o seu destino benfazejo, como fonte de outras vidas.

Não há tragédia maior, nem mais fulminante, do que a dessas catástrofes a que o homem assiste apavorado e impotente para qualquer esforço detentor dos seus irrecuperáveis malefícios.⁹²

E em outro artigo ele acrescenta:

O que há a considerar e a defender, no Nordeste, é a manutenção de sua riqueza estritamente ligada à conservação das terras agrícolas, todas elas situadas no sertão, à margem dos cursos d' água maiores e menores. Desta sorte, se as barragens são indispensáveis para a retenção das águas pluviais para fins agrícolas e pecuários, por assim dizer, sua função é muito mais importante pelo obstáculo por elas criados (sic) ao arrastamento das águas para destinos estéreis.⁹³

Em nenhum de seus artigos, Eloy de Souza levanta considerações sobre a seca de um ponto de vista social. Não existem menções ao problema do latifúndio e da concentração de terras. A chamada "indústria da seca" também passa em brancas nuvens. A impressão que um leitor desavisado terá é que, se os açudes fossem construídos, o Nordeste haveria de experimentar um período longo e duradouro de bonança regional e de progresso econômico e social.

Não que ele negasse os problemas sociais que a seca causava, ele fez várias menções aos migrantes, às perdas dos rebanhos, e à miséria do sertanejo. No entanto, em

⁹² SOUZA, Eloy de. Economia das secas (II). **Secas e inundações**. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas: artigos de Eloy de Souza**. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 11.

⁹³ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (IX). **Planificação**. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas: artigos de Eloy de Souza**. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 20.

seus artigos, a única vilã para quem ele apontou o dedo como sendo a causadora de todos esses males é “a meteorologia precária e traiçoeira”.⁹⁴

Há de se convir que tal discurso era extremamente atraente para a elite latifundiária nordestina, absolvida que estava de seus pecados, através da pena afetuosa de um de seus mais caros arautos.

3.3. Causas do atraso econômico do Nordeste



Outra das idéias que perpassam os escritos de Eloy de Souza é: Qual seria o motivo do atraso econômico do Nordeste (mais especificamente, do Rio Grande do Norte), frente às demais regiões da Federação, especialmente em relação aos estados do Sudeste e do Sul do Brasil?

Devemos lembrar que esse tema (o atraso econômico regional) começava a se constituir como um dos grandes temas dos debates acadêmicos, políticos e econômicos da década de 1950.

Curiosamente, em relação a esse tema, Eloy de Souza contrariou grande parte das opiniões dos estudiosos (e da opinião pública) de seu tempo, que culpavam a seca como o fator determinante para o atraso da região Nordeste. Aqui, ele procurou apontar o dedo para outros culpados.

Eloy de Souza, por sua vez, considerava que o atraso regional provinha de dois fatores distintos:

⁹⁴ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (III). A açudagem. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) Economia das secas: artigos de Eloy de Souza. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 12.

Em primeiro lugar, ele achava que o atraso regional devia-se ao relativo abandono a que era relevado o Nordeste, em termos nacionais, na distribuição de verbas públicas federais e na construção de obras de infra-estrutura.

Em segundo lugar, e com maior destaque, Eloy de Souza apontava como fator de atraso regional a “preguiça”, a “ociosidade” e a “falta de iniciativa” de grande parte dos agricultores locais.

Nesse quesito, ele fez uma eloqüente defesa da “ideologia do trabalho”, afirmando que com trabalho duro, disciplinado e perseverante “qualquer um” poderia chegar ao sucesso econômico, deixando subentendido que aqueles que são pobres somente o são por não se esforçarem o bastante.

Em um dos artigos da série que estamos analisando, o autor faz uma eloqüente defesa da “ideologia do trabalho”. Vejamos em suas palavras:

Sempre me insurgi contra a fama injusta de que temos sido vítimas pela incompreensão de alguns e indiferença de maior número. A nossa pobreza só encontra explicação na falta de confiança em nós mesmos, mal que a tantos contagia agravando deficiências, porventura imaginárias. Onde quer que o homem tenha fé em seu esforço, aí existe trabalho organizado, e como consequência bem-estar e felicidade.⁹⁵

E nesse mesmo artigo, Eloy de Souza transcreve uma conversa que ele teve com um agricultor seridoense a respeito do uso das terras do agreste, entre São Gonçalo do Amarante e Ceará-Mirim. A “preguiça” foi colocada como sendo a principal causa da pobreza e do atraso da região. Logo após, ele faz uma longa apologia da “ideologia do trabalho”. Vejamos em suas palavras:

⁹⁵ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (XXXVIII). Lição do Seridó. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) Economia das secas: artigos de Eloy de Souza. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 62.

[fala do agricultor] Se as terras do nosso Seridó fossem como estas [as terras do agreste], todo mundo ali seria rico. E depois de uma ligeira pausa, acompanhada de um longo suspiro e uma pequena narigada de tabaco, acrescentou: Acredite que estou vendo todo esse mato transformado em algodoads e tenho pena que os possuidores dessa riqueza não saibam aproveitá-la em benefício próprio e da nossa Terra tão sem fartura por culpa dos preguiçosos.

Esse agricultor é um amoroso nato da terra que, para ele é uma fonte viva de alegria, prazer e prosperidade. **Começou sozinho e do nada criou pouco a pouco uma grande lavoura** de algodão nas terras adustas do Seridó.⁹⁶

3.4. A solução definitiva para a seca no estado do Rio Grande do Norte

Vejamos agora as idéias defendidas por Eloy de Souza sobre como poderia ser solucionado definitivamente o problema da seca aqui no estado do Rio Grande do Norte.

Os “remédios” pregados por Eloy de Souza para resolver os efeitos da seca variavam de acordo com as regiões e suas respectivas características climáticas e pluviométricas: Para o sertão ele defendia a construção de açudes e a irrigação:

Possamos, assim, afirmar que a redenção dessa imensa área semi-árida está na captação das águas fluviais, pela construção de barragens de todos os tipos, nos rios e riachos maiores e menores.⁹⁷

Para as regiões de planaltos, onde não havia rios perenes ou temporários para serem represados em barragens, Eloy de Souza defendia a perfuração de poços artesianos como a solução mais adequada para solucionar os problemas causados pelas estiagens e garantir a produção agrícola.

⁹⁶ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (XXXVIII). *Lição do Seridó*. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) *Economia das secas: artigos de Eloy de Souza*. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 63. Grifos nossos.

⁹⁷ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (III). *A açudagem*. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) *Economia das secas: artigos de Eloy de Souza*. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 12.

Se nas terras propriamente do alto sertão, principalmente na região do Seridó, não é indicada a perfuração de poços, a mesma coisa não sucede nos planaltos de Serra Verde, Apodi, Serra de Santana e outros planaltos, onde os poços sem capacidade para irrigação por pequena que ela seja, tem (sic) concorrido, entretanto, para o povoamento [...].

A multiplicação desses poços se impõe e a conservação dos existentes deverá ser cuidadosamente zelada, onde quer que eles existam.⁹⁸

Já para a região dos vales úmidos do agreste e adjacências ele defendia a “drenagem dos vales encharcados”.⁹⁹ Mas não vamos nos ater nesse aspecto por julgarmos que isso foge ao tema proposto.¹⁰⁰

No caso específico do Rio Grande do Norte, Eloy de Souza defendia o projeto de construção de um sistema de cinco grandes barragens: Gargalheiras, Boqueirão de Parelhas, Quipauan, Itans e Serra Negra, as quais destinavam-se à irrigação das terras compreendidas nas respectivas bacias.¹⁰¹ Essas cinco barragens beneficiariam não apenas o Seridó, mas também as várzeas do rio Açu, pois com a construção delas seria conseguida a perenização desse rio.

Na época em que nosso autor escreve, na década de 1950, dentre os chamados “grandes açudes”, apenas o açude Itans havia sido construído, em 1932. Então, enquanto o planejamento estatal não se encarregava de construir tais obras, os próprios particulares deviam construir, com recursos próprios ou em colaboração com o governo, açudes de

⁹⁸ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (X). **Açudagem e poços**. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas**: artigos de Eloy de Souza. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 21.

⁹⁹ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (XI). **Vales úmidos**. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas**: artigos de Eloy de Souza. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 22.

¹⁰⁰ Eloy de Souza também escreveu diversos artigos falando sobre a drenagem do vale do Ceará-Mirim, da fixação das dunas no litoral e muito mais.

¹⁰¹ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (IV). **Rio Grande do Norte**. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas**: artigos de Eloy de Souza. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 13.

pequeno ou médio porte “cuja captação assegure uma produção permanente, e vigência, pelo menos, de dois anos de seca”.¹⁰²

Não devemos esquecer que os pequenos proprietários não tinham recursos para a construção de açudes, por menores que sejam; nem tampouco tinham eles acesso ao financiamento de bancos estatais para tal fim. Fica patente então que tal conselho destinava-se aos grandes fazendeiros e às elites agrárias sertanejas, o que demonstra o compromisso político de Eloy de Souza.

Ainda sobre a construção de açudes de pequeno e de médio porte, Eloy de Souza alude à possibilidade da utilização deles (bem como das barragens maiores) para a pesca de subsistência, citando para isso os exemplos dos “grandes açudes paraibanos” e do Itans, em Caicó.¹⁰³

Esse aspecto ainda reforça a construção das grandes barragens seridoenses e aquelas outras indicadas para o sistema Açú-Mossoró. Por outro lado, a pequena e média açudagem, realizando benefícios proporcionais à sua cubagem específica, ainda representa um refrigério aos açoitados pela calamidade das secas que o têm encontrado várias vezes nos nossos açudes públicos, embora de capacidade média.¹⁰⁴

Para confirmar o papel dos açudes de pequeno e médio porte na prevenção da secas, Eloy de Souza afirma que os açudes “25 de Março” e “Santana”, ambos localizados em Pau dos Ferros serviram de socorro a muita gente nas secas de 1904, 1915 e 1951; mesmo papel desempenhado pelo açude “Mundo Novo”, no município de Caicó, que abrigou mil e quinhentas famílias na seca de 1919.

¹⁰² SOUZA, Eloy de. Economia das secas (X). **Açudagem e poços**. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas: artigos de Eloy de Souza**. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 21.

¹⁰³ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (XX). **Açudes e açudagem**. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas: artigos de Eloy de Souza**. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 36-37.

¹⁰⁴ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (XX). **Açudes e açudagem**. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas: artigos de Eloy de Souza**. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 37.

Ainda sobre esse mesmo tema, o dos açudes de pequeno e médio porte, vem um dos pontos da obra mais reveladores do comprometimento político de Eloy de Souza, que é quando ele alude à construção de açudes na fazenda do Coronel Wicar Parente de Paula Pessoa, no município de Quixeramobim, Ceará. Vejamos nas palavras do próprio Eloy de Souza:

Apesar de ser um transporte difícil e caro, a propriedade lhe tem proporcionado [ao Coronel Wicar], de algum tempo a essa parte, uma renda bruta anual de dois milhões de cruzeiros, graças aos açudes que construiu durante a seca de 1915, **pagando salários ínfimos** e com elevado índice de produção, a ser verdadeira a opinião do coronel Wicar, ao afirmar que **não há melhor trabalhador que o cearense com fome.**¹⁰⁵

Na citação supracitada, vemos que Eloy de Souza defendeu implicitamente a exploração do pobre trabalhador sertanejo vitimado pela seca, em prol da riqueza dos grandes proprietários latifundiários. Cremos que nesse caso não são necessários comentários adicionais.

Ora, se a construção pura e simples de grandes barragens resolvesse os problemas da população sertaneja, hoje estaríamos numa situação privilegiada, pois várias dessas barragens já foram construídas (a exemplo do Gargalheiras, Boqueirão de Parelhas e Itans¹⁰⁶) e outras, que não eram imaginadas na época de Eloy de Souza, como a barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, foram também construídas. Essa última barragem permitiu, inclusive, a perenização do rio Açu. Contudo, os principais

¹⁰⁵ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (XX). **Açudes e açudagem**. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas: artigos de Eloy de Souza**. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 37. Grifo nosso.

¹⁰⁶ O açude Itans foi construído em 1932 e destina-se ao abastecimento da cidade de Caicó e regiões adjacentes.

beneficiários dessas obras não foram os pequenos agricultores de economia familiar, mas sim empresas de fruticultura tropical irrigada para exportação¹⁰⁷.

Na verdade, uma leitura atenta dos escritos de Eloy de Souza já aponta para o fato de que a construção dos açudes e barragens deveria destinar-se à agricultura de exportação, e secundariamente, à agricultura familiar. Logicamente ele não estava referindo-se à fruticultura tropical, mas sim ao principal produto agrícola de exportação norte-rio-grandense de meados do século XX, o algodão.

Isso não deveria ser motivo de espanto, considerando-se as origens de Eloy de Souza e o seu comprometimento político. Ou seja, ainda que ele defendesse soluções técnicas para os problemas causados pelas estiagens prolongadas, ele tinha em mente a defesa dos interesses das elites agrárias algodoeiras do Seridó. Para que não restem dúvidas acerca disso, vamos a uma citação do engenheiro Henrique Novais, transcrita por Eloy de Souza, acerca da construção da barragem de Gargalheiras:

[...] mas o considerável volume d'água armazenado, de cento e oitenta milhões de metros cúbicos, permitirá o aproveitamento de dez mil hectares, calculadamente, **em terras privilegiadas para a cultura do algodão** [...].¹⁰⁸

A defesa dos interesses dos plantadores de algodão também está claramente presente no artigo “Vantagens dos açudes”¹⁰⁹. Nesse artigo ele alude aos primeiros estudos mostrando os benefícios da produção irrigada de algodão baseada na pequena açudagem, com base em estudos realizados para a Primeira Conferência Algodoeira, ocorrida no Rio de Janeiro em 1916. Mais uma vez, Eloy de Souza procurou justificar o combate à seca não

¹⁰⁷ Em 2004 a fruticultura tropical irrigada foi o segundo maior produto de exportação do Rio Grande do Norte, perdendo apenas para a carcinicultura.

¹⁰⁸ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (V). **Gargalheiras e outros**. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas: artigos de Eloy de Souza**. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 14. Grifo nosso.

¹⁰⁹ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (XXI). **Vantagens dos açudes**. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas: artigos de Eloy de Souza**. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 38.

por causa dos problemas sociais que ela causava, mas sim por causa dos prejuízos e entraves à agricultura de exportação.

Em seus artigos ele esposava claramente o papel de arauto das elites agrárias, sejam aquelas do sertão (plantadores de algodão), sejam os latifundiários que plantavam cana-de-açúcar na região litorânea. Até mesmo quando Eloy de Souza faz referência aos senhores de engenho de Maxaranguape durante a época do Brasil Imperial, ele não perde a oportunidade de defender a classe social dos latifundiários, através de sua edulcorada prosa. Em seus termos, ele afirma que:

Esse grupo não pequeno de senhores de engenho [os senhores de engenho de Maxaranguape] viveram em camaradagem fraternal que nem mesmo as pugnas partidárias entre liberais e conservadores tiveram força para apagar.

Eram alegres, assíduos nos deveres da amizade, ligados quase todos pelo parentesco espiritual do compadrio e da afilhadagem.¹¹⁰

Obviamente, não podemos esquecer que o próprio autor era um membro ilustre de uma grande família de senhores de engenho de Macaíba. Ele próprio, em um de seus artigos (propriamente chamado “Recordações”), fala saudosamente de seus tempos de infância e adolescência. Vejamos, nas palavras do próprio Eloy de Souza, como era o “idílio rural” dos grandes senhores de engenho:

Individualmente, guardo na memória recordações que me despertam saudades daqueles tempos já remotos. Foi ali que vi o primeiro engenho e os primeiros canaviais e escutei a música de suas verdes folhas, levemente agitadas pela brisa da tarde, quando em companhia de meus pais e irmãos íamos à antiga vila assistir às festas de seu padroeiro. Minha recordação mais viva, porém, é das figuras que aos sábados eram assíduas a nossa casa em Macaíba. Lembro-me que o mesmo feitio amável nivelava velhos e moços. Excetuadas duas ou três barbas brancas que, por mais compridas e serradas (sic), nos infundiam certo respeito a alegria comunicativa de quase todos, contribuíam para estabelecer entre nós e eles uma intimidade travessa e buliçosa. Embora rústicos, como agora os vejo, eram naturalmente maneirosos. Não me recordo

¹¹⁰ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (XXXIV). **Senhores de engenho**. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas: artigos de Eloy de Souza**. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 57.

de tê-los visto à mesa paterna vestidos com negligência. A jaqueta de pano fino, colarinho alto e amplamente aberto, enrodilhado por uma gravata de cetim lustroso, a cadeia de ouro que ornamentava o colete de traspasso, dava-lhes um ar austero que o riso franco logo convidava à aproximação confiante e atrevida das crianças. Foram detalhes que, já no começo de minha adolescência, melhor fixei e ficaram indelevelmente gravados na minha memória agradecida ainda hoje a naturalidade com que brincavam conosco pródigos em pequenas delicadezas cativantes.¹¹¹

A citação, apesar de um pouco longa, também é interessante, pois nos mostra a riqueza, o esbanjamento e a opulência desses senhores de engenho, cuja decadência foi lamentada por Eloy de Souza.

3.5. Agricultura e pecuária

Apesar de defender entusiasticamente a grande agricultura de exportação (algodão e cana-de-açúcar), Eloy de Souza lamentava o declínio em sua época da agricultura de produção de bens alimentícios destinados ao mercado interno, notadamente a produção de farinha de mandioca, que ele reputa como a base alimentar do sertanejo¹¹².

Nesse quesito supracitado, mais uma vez se revelam as posturas políticas de Eloy de Souza, pois ele culpa o fato de não se plantar tanta farinha de mandioca quanto “antes”, como um dos grandes fatores causadores da fome no Nordeste.

¹¹¹ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (XXXVI). **Recordações**. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas: artigos de Eloy de Souza**. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 59.

¹¹² SOUZA, Eloy de. Economia das secas (XL). **Produção de farinha; (XLI) Marcha para a fome; (XLIII) Farinha de mandioca**. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas: artigos de Eloy de Souza**. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 65.

Outro assunto que é largamente abordado por Eloy de Souza em “A economia das secas” é a questão da criação da pecuária bovina.¹¹³ Aqui, além de constatar os trágicos efeitos da seca sobre a criação de gado no sertão¹¹⁴, ele faz numerosas referências sobre a influência da plantação de algodão na pecuária bovina.

Vejamos alguns dados apresentados pelo autor para tratar dos prejuízos que a seca causa à pecuária:

Seja como for, na parte que nos toca, há uma coisa dolorosamente certa é a mortalidade do gado quer no agreste, quer no sertão, na constância das secas calamitosas. Podemos aferir esse desfalque pela arrematação do dízimo do gado grosso. Em 1845, esse imposto foi arrematado por 24 contos para descer, depois da seca de 1877, a 1 conto, 129 mil réis. A fortuna pastoril avaliada em 22 mil contos em 1876, depois da referida calamidade, ficou reduzida a 32 contos.¹¹⁵

Relacionado com o tema da pecuária está a questão da forragem para o gado. Aqui, Eloy de Souza exalta as qualidades da palma¹¹⁶ e do avelós¹¹⁷. Mesmo numa questão agrônoma, aparentemente desprovida de motivações políticas, o autor destila o seu discurso ideológico sobre a seca, quando afirma:

Entre os fazendeiros, grandes plantadores dessa forragem no Estado, conta-se o deputado Teodorico Bezerra, que dela nos tem falado, por várias vezes, com o mais

¹¹³ O autor também trata das possibilidades da pecuária suína num artigo chamado “Aproveitamento dos vales”. Ver: SOUZA, Eloy de. Economia das secas (XLV). **Aproveitamento dos vales** In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas: artigos de Eloy de Souza**. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 72.

¹¹⁴ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (XLVI). **População bovina**. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas: artigos de Eloy de Souza**. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 74.

¹¹⁵ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (XLVI). **População bovina**. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas: artigos de Eloy de Souza**. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 74 e 75.

¹¹⁶ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (XLIX). **A palma**. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas: artigos de Eloy de Souza**. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 79.

¹¹⁷ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (L). **O avelós**. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas: artigos de Eloy de Souza**. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 80 e 81.

justificado entusiasmo, convencido de que a palma, a cerca de avelós e o açude são três armas poderosas, contra o flagelo das secas.¹¹⁸

3.6. Infra-estrutura e planejamento governamental

Eloy de Souza também defende em seus artigos a construção de obras de infraestrutura, estradas e ferrovias, ligando as regiões do litoral com o sertão¹¹⁹.

Mesmo nesse ponto, as motivações políticas de Eloy de Souza estão presentes, pois a construção dessas obras destinava-se, em primeiro lugar, ao escoamento da produção do algodão dos centros produtores do sertão para os portos do litoral; portanto as obras teriam como finalidade precípua o benefício da agricultura de exportação.

Porém, tais obras beneficiariam não somente os grandes proprietários, mas praticamente a todo o conjunto da população, graças ao desenvolvimento na rapidez dos transportes e das comunicações. No entanto, nos dias atuais o sertão está integrado ao litoral por diversas estradas de rodagem, mas os flagelos da seca e da miséria do povo continuam.

Por outro lado, com uma certa justiça, Eloy de Souza reclamava que o estado do Rio Grande do Norte havia sido “abandonado” ou ao menos relegado a segundo plano em face da política federal¹²⁰ de combate à seca. De fato, o Rio Grande do Norte era

¹¹⁸ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (L). O avelós. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) *Economia das secas: artigos de Eloy de Souza*. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 81. Grifo nosso. Teodorico Bezerra foi um dos maiores latifundiários do Rio Grande do Norte, dono de centenas de hectares de terra entre os municípios de Tangará e Santa Cruz. Ainda hoje sua família é proprietária dessas terras.

¹¹⁹ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (XVIII). Estradas. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) *Economia das secas: artigos de Eloy de Souza*. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 33-34.

¹²⁰ Isso para a época em que ele escreve, ou seja, o início da década de 1950.

desprestigiado face ao seu pequeno poder político perante outros estados da região, notadamente o Ceará.

O que nos cumpre pleitear, a nós do Rio Grande do Norte, é uma igualdade de tratamento por parte do Governo Federal, tanto mais quanto o combate às secas não é uma questão regional, mas eminentemente nacional, sob qualquer ponto de vista que possa ser encarado.¹²¹

Um dos pontos mais interessantes dos escritos de Eloy de Souza está na sua acerba crítica à burocracia estatal, até hoje um dos grandes vícios da administração pública brasileira. Em diversos momentos ele salienta a dificuldade de se conseguir empréstimos para investir na construção de açudes particulares e/ou na produção rural, bem como critica a lentidão e a falta de planejamento estratégico dos órgãos oficiais. As vantagens que a agricultura nordestina apresenta são “ilididas por uma burocracia estafante. A Inspetoria [Inspetoria de Obras contra as Secas, atual DNOCS] dispõe para esse fim de poucos profissionais, causa na demora na organização dos projetos”.¹²²

Mas há um aspecto das idéias de Eloy de Souza que tem sido, até agora, bastante subestimado, é que em si é até positivo. Ele defendia que cabia ao Estado (entendido aqui tanto como o Governo Federal, bem como os diferentes governos estaduais) a planificação do desenvolvimento econômico do Nordeste, medidas que evocam o nacionalismo econômico do Estado Novo getulista e que eram retomadas, bem ou mal, na década de 1950, com o retorno de Vargas ao poder, desta vez pelo voto popular. Vejamos a seguinte citação:

¹²¹ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (VII). **Igualdade de tratamento**. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas: artigos de Eloy de Souza**. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 17.

¹²² SOUZA, Eloy de. Economia das secas (VIII). **Açudagem e burocracia**. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas: artigos de Eloy de Souza**. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 18.

Sabidamente, irrigação pressupõe norma decorrente de um plano preestabelecido e que exige, para que seja alcançado, o máximo de rendimento, solidariedade, disciplina e cooperação dos interessados nessa forma de produção progressiva. Sendo, como é, agricultura intensiva tem de ser subordinada a preceitos normativos da finalidade econômica que nos tornará prósperos e felizes.¹²³

¹²³ SOUZA, Eloy de. Economia das secas (IX). **Planificação**. In: GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas: artigos de Eloy de Souza**. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 20.

CONCLUSÕES

Como vimos, a forma como a seca foi historicamente percebida e combatida variou bastante, de acordo com os períodos históricos. Até o final do século XIX a seca era vista como um flagelo climático irremediável, cujas conseqüências só poderiam ser minoradas através da caridade pública e privada. Porém, a seca de 1877 foi tão severa, causou um número tão elevado de vítimas e chocou tanto a opinião pública que despertou nas autoridades públicas o dever governamental de combater a seca.

As autoridades políticas, com o respaldo de engenheiros e hidrólogos, começaram paulatinamente a desenvolver a tese de que através da construção de grandes obras de armazenamento de água, como açudes e barragens, o problema da seca poderia ser definitivamente resolvido no Nordeste. Embasado nessa teoria, o Governo Federal criou em 1909 a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), o órgão responsável pela política nacional de açudagem e combate aos efeitos das secas.

Não demorou muito para que as elites oligárquicas adotassem esse discurso e o utilizassem como uma ferramenta de propaganda eleitoral. Ao mesmo tempo, as obras construídas ou financiadas pelo IOCS eram geralmente feitas nas propriedades privadas dos grandes latifundiários, pelo trabalho arregimentado dos retirantes da seca através das frentes de trabalho.

Aqui no Rio Grande do Norte a situação não fugiu muito da regra geral. As oligarquias políticas estaduais (Alberto Maranhão e Bezerra de Medeiros), comprometidas com a agricultura em grande escala para a exportação (seja a cana-de-açúcar ou a cotonicultura) passaram a se valer desse discurso ideológico da açudagem, como uma

maneira de perpetuar e legitimar o seu domínio político, até porque esse discurso escamoteava as raízes econômicas e sociais da miséria na qual estava mergulhada grande parte da população nordestina.

Dentre os numerosos destaques da ideologia da seca e da açudagem no Rio Grande de Norte, se destaca o político e jornalista Eloy de Souza, que no início dos anos 1950 publicou no jornal *A Ordem*, uma série de artigos sobre esse tema, intitulada “A economia das secas”.

Analisando essa série de artigos, vimos que Eloy de Souza defende categoricamente a tese de que a seca é principalmente um problema de ordem climática e que pode ser resolvido definitivamente através das obras de infra-estrutura de armazenamento de água.

No caso específico do Rio Grande do Norte, Eloy de Souza defendia o projeto de construção de um sistema de cinco grandes barragens: Gargalheiras, Boqueirão de Parelhas, Quipauan, Itans e Serra Negra (na verdade esse era o projeto original da IOCS para o estado), que somados a numerosos açudes menores e poços artesianos (dependendo da região), iriam resolver o problema da seca no estado.

Eloy de Souza defendia também que a causa principal da pobreza e da miséria do Nordeste não poderia ser encontrada nem na seca, nem nos fatores de ordem econômica e social, mas na preguiça e na falta de iniciativa dos agricultores norte-rio-grandenses. Defendeu também explicitamente a predominância da agricultura de exportação e a exploração da mão-de-obra das frentes de trabalho.

Em resumo, podemos afirmar que em sua série de artigos, Eloy de Souza não fez mais do que sintetizar sob a aparência de belas palavras, o discurso oligárquico de dominação política e econômica das elites nordestinas. Discurso esse que jogava na seca e na “preguiça” a culpa das misérias e das desigualdades de um sistema econômico latifundiário e perverso.

O tema da seca e dos discursos ideológicos sobre ela está bem desenvolvido em termos de historiografia regional. Porém, no caso do Rio Grande do Norte, pudemos detectar que existem poucos trabalhos que analisem esse discurso ideológico veiculado por personagens de nossa política ou intelectualidade local. Eis um tema que certamente merece estudos mais aprofundados.

No caso do nosso trabalho, a pesquisa foi facilitada, pois em 1987, a Editora Universitária da UFRN publicou, sob a organização de Otto de Brito Guerra e Terezinha de Queiroz Aranha, a íntegra da série de artigos "Economia das secas".¹²⁴ Série essa que sintetiza o pensamento da maturidade de Eloy de Souza.

Na apresentação da obra, o então Pró-Reitor para Assuntos de Extensão Universitária, Geraldo dos Santos Queiroz, disse que um dos critérios para publicar essa série de artigos foi:

As prioridades estabelecidas foram para trabalhos de professores desta Universidade, capazes de serem utilizados como material didático, e textos de autores diversos sobre aspectos históricos, políticos e sócio-econômicos do Rio Grande do Norte que, igualmente, **pudessem subsidiar atividades de ensino, pesquisa e extensão na UFRN.**¹²⁵

Podemos dizer que, quase vinte anos depois de sua publicação, a obra dos professores Otto Guerra e Terezinha Aranha veio a cumprir a função a que foi designada, servir como subsídio para um trabalho de pesquisa.

Por fim, gostaríamos de salientar que nosso trabalho captou apenas um momento do pensamento de Eloy de Souza, o pensamento de sua maturidade. Um seguimento lógico para esse trabalho seria acompanhar a evolução do discurso ideológico de Eloy de Souza,

¹²⁴ GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas**: artigos de Eloy de Souza. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987.

¹²⁵ GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas**: artigos de Eloy de Souza. Natal: PROED; Editora Universitária, 1987. p. 5. Grifos nossos.

desde a sua juventude como político e jornalista, até os seus anos finais. Eis certamente uma boa maneira de dar continuidade a essa linha de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ARANHA, Teresa (org.). **18º. Livro das secas**. Mossoró: Coleção Mossoroense. Vol. CDXLI, 1989.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 1º. Vol. Rio de Janeiro, 2002.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Vozes, 1984.

CARDOSO, Ciro Flamarion S; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

COELHO, Jorge. **As secas do Nordeste e a indústria das secas**. Petrópolis: Vozes, 1985.

CRANDALL, Roderic. **Geographia, geologia, suprimento d'água, transportes e açudagem - nos estados orientaes do norte do Brasil: Ceara, Rio Grande do Norte, Parahyba**. 2.ed. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, Mossoró: DNOCS, 1977 (1923).

FACÓ, Ruy. **Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

FERNANDES, Luiz. **A imprensa periódica no Rio Grande do Norte de 1832 a 1908**. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto; Sebo Vermelho, 1998.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

FILHO, João Medeiros e SOUZA, Itamar de. **A seca do Nordeste: um falso problema.** Petrópolis: Vozes, 1988.

GUERRA, Otto de Brito, ARANHA, Terezinha de Queiroz (Orgs.) **Economia das secas: artigos de Eloy de Souza.** Nata: PROED; Editora Universitária, 1987.

GUERRA, Paulo de Brito. **A Civilização da seca.** Fortaleza: DNOCS, 1981.

GUERRA, Phelipe. GUERRA, Theophilo. **Seccas contra a secca.** 3.ed. Mossoró: ESAM – Escola Superior de Agricultura de Mossoró, 1980.

MALVEIRA, Antonio Nunes. **Notas sobre as secas.** Rio de Janeiro, 2001.

MENESES, Djacir. **O outro Nordeste.** 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Artenova: 1970.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte.** 2. ed. Natal: Cooperativa Cultural, 2002.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia.** São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

SOBRINHO, Thomaz Pompeu. **História das secas.** 2. ed. Mossoró: Coleção Mossoroense, 1982.

SOUZA, Eloy de. **O calvário das secas.** Mossoró: ESAM, 1976. Coleção Mossoroense. Vol. XXXVIII.

SOUZA, Eloy de. **Seccas do Nordeste e cabotagem nacional.** IN: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Volume XI. Números I e II. Natal: Atelier Typográfico M. Victorino & Cia, 1912.

APÊNDICE A - QUADRO CRONOLÓGICO DAS SECAS¹²⁶

Século XVI – 1583 e 1587 (dois anos de seca).

Século XVII – 1603, 1606, 1608, 1614, 1645, 1652 e 1692 (sete anos de seca).

Século XVIII – 1707, 1710-1711, 1721-1722, 1723-1724, 1725-1726, 1727, 1730, 1736-1737, 1744-1745, 1746-1747, 1751, 1754, 1760, 1766, 1771-1772, 1777-1778, 1783-1784, 1790, 1791-1792, 1793 (trinta e um anos de seca).

Século XIX – 1804, 1808-1809, 1814, 1816-1817, 1824-1825, 1829, 1830, 1833, 1844-1846, 1870, 1877-1878, 1879, 1888-1890, 1898, 1900 (vinte e três anos de seca).

Século XX – 1903, 1904, 1915, 1919, 1932, 1942, 1951-1952, 1953, 1958, 1966, 1970, 1976, 1979, 1980, 1981 (dezesesseis anos de seca).

¹²⁶ Este anexo foi construído com as informações contidas em: MALVEIRA, Antonio Nunes. *Notas sobre as secas*. Rio de Janeiro, 2001. p. 55 - 72.

APÊNDICE B - ARTIGOS PUBLICADOS NA SÉRIE
“ECONOMIA DAS SECAS”, PELO JORNAL “A ORDEM” (1951-1952)

- I – À guisa de introdução: 24 de agosto de 1951.
- II – Secas e inundações: 27 de agosto de 1951.
- III – A açudagem: 29 de agosto de 1951.
- IV – Rio Grande do Norte: 31 de agosto de 1951.
- V – Gargalheiras e outros: 03 de setembro de 1951.
- VI – Sistemas de irrigação: 05 de setembro de 1951.
- VII – Igualdade de tratamento: 10 de setembro de 1951.
- VIII – Açudagem e burocracia: 12 de setembro de 1951.
- IX – Planificação: 14 de setembro de 1951.
- X – Açudagem e poços: 17 de setembro de 1951.
- XI – Vales úmidos: 19 de setembro de 1951.
- XII – Vale do Ceará-Mirim: 21 de setembro de 1951.
- XIII – Florestas e dunas: entre 22 e 25 de setembro de 1951.¹²⁷
- XIV – Fixação das dunas: 26 de setembro de 1951.
- XV – As dunas: entre 27 de setembro e 04 de outubro de 1951.¹²⁸
- XVI – Ceará-Mirim: 05 de outubro de 1951.
- XVII – A lei e as secas: 08 de outubro de 1951.
- XVIII – Estradas: 10 de outubro de 1951.
- XIX – Arrendamentos de terras: 12 de outubro de 1951.



¹²⁷ Não temos a data desse artigo com precisão.

¹²⁸ Também não conseguimos precisar a data desse artigo.

- XX – Açudes e açudagens: 16 de outubro de 1951.
- XXI – Vantagens dos açudes: 17 de outubro de 1951.
- XXII – Prodígio da irrigação: entre 18 e 21 de outubro de 1951¹²⁹.
- XXIII – Milagre do Nordeste: 22 de outubro de 1951.
- XXIV – Estrada de ferro “Sampaio Correia”: 24 de outubro de 1951.
- XXV – Sal e transportes: 26 de outubro de 1951.
- XXVI – Nossos portos: 29 de outubro de 1951.
- XXVII – Porto de Mossoró: 31 de outubro de 1951.
- XXVIII – Agropecuária: 07 de novembro de 1951.
- XXIX – A Sampaio Correia: entre 08 e 11 de novembro de 1951¹³⁰.
- XXX – Lagos e vales: 12 de novembro de 1951.
- XXXI – Causas da decadência: 16 de novembro de 1951.
- XXXII – Contraste paradoxal: 23 de novembro de 1951.
- XXXIII – Gustavo Dodt: 26 de novembro de 1951.
- XXXIV – Senhores de engenho: 30 de novembro de 1951.
- XXXV – Várzeas do Potengi: 05 de dezembro de 1951.
- XXXVI – Recordações: 10 de dezembro de 1951.
- XXXVII – Zona da Great Western: 12 de dezembro de 1951.
- XXXVIII – Lição do Seridó: 17 de dezembro de 1951.
- XXXIX – Valor da alimentação: 19 de dezembro de 1951.
- XL – Produção de farinha: 21 de dezembro de 1951.
- XLI – Marcha para a fome: 26 de dezembro de 1951.
- XLII – Febre de agave: 28 de dezembro de 1951.
- XLIII – Farinha de mandioca: 31 de dezembro de 1951.

¹²⁹ Não conseguimos precisar a data desse artigo.

¹³⁰ Também não conseguimos determinar a data exata desse artigo.

- XLIV – Lavoura e criação: 05 de janeiro de 1952.
- XLV – Aproveitamento dos vales: entre 06 e 10 de janeiro de 1952.¹³¹
- XLVI – População bovina: 11 de janeiro de 1952.
- XLVII – Pecuária e algodão: 14 de janeiro de 1952.
- XLVIII – Ainda pecuária e algodão: 18 de janeiro de 1952.
- XLIX – A palma: 25 de janeiro de 1952.
- L – O avelós: 28 de janeiro de 1952.
- LI – Iniciativa modelar: 30 de janeiro de 1952.
- LII – Reminiscências: 06 de fevereiro de 1952.
- LIII – Ubatuba: 09 de fevereiro de 1952.
- LIV – Ubatuba e outras: 12 de fevereiro de 1952.
- LV – Ensilagem: 14 de fevereiro de 1952.
- LVI – Várzeas do Açú: 19 de fevereiro de 1952.
- LVII – Lavoura e criação na várzea: 21 de fevereiro de 1952.
- LVIII – Nossa legislação de secas: entre 22 de fevereiro e 10 de março de 1952¹³².
- LIX – Política hidráulica: 11 de março de 1952.
- LX – Desapropriação de terras: 13 de março de 1952.
- LXI – A barragem de Taipú: 18 de março de 1952.
- LXII – Ainda a barragem de Taipú: 20 de março de 1952.
- LXIII – Apelo à existência: 27 de março de 1952.
- LXIV – Fernando Pedrosa: 24 de abril de 1952.
- LXV – Francisco Raimundo, um pioneiro: 09 de maio de 1952.
- LXVI – O nosso algodão: 14 de junho de 1952.
- LXVII – Seleção de sementes: 21 de junho de 1952.

¹³¹ Não conseguimos a data precisa desse artigo.

¹³² Não conseguimos precisar a data desse artigo.

LXVIII – Fazenda São Miguel: 26 de junho de 1952.

LXIX – Ciência e experiência: 07 de julho de 1952.

LXX – Notas sobre o mocó: 15 de julho de 1952.